

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Favela: Da Homogeneidade à Heterogeneidade;
Rocinha como estudo de caso**

MIRLA FARIAS RODRIGUES
matrícula nº: 111383658

Orientador: Professor Marcelo Paixão

FEVEREIRO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Favela: Da Homogeneidade à Heterogeneidade;
Rocinha como estudo de caso**

MIRLA FARIAS RODRIGUES
matrícula nº: 111383658

Orientador: Professor Marcelo Paixão

FEVEREIRO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me ensinou o valor que a educação tem quando de resto não se tem muito.

AGRADECIMENTOS

A monografia acaba por representar apenas um espelho de anos de dedicação, a cereja do bolo da realização de um projeto que começou a ser idealizado muitos anos antes. A caminhada não começou na UFRJ nem mesmo no ano do vestibular. Talvez ela não tenha começado a ser pensada nem mesmo por mim. Por isso, os agradecimentos podem não ser tarefa fácil, tornando-se até mesmo injustos muitas vezes.

Levando isso em consideração, agradeço de antemão a todos que de alguma forma, seja ela direta ou indireta, me ajudaram nessa trajetória. Não me limito apenas ao desenvolvimento da monografia, mas ao meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais por todo o sacrifício que fizeram e por tudo aquilo que abriram mão em benefício da criação de seus filhos. Agradeço por nos ensinar o valor da educação e que só ela pode nos levar a voos mais altos. Por ter feito tudo isso em meio às adversidades e mesmo sem ter tido a oportunidade de ir à escola. Agradeço por todo o carinho, amor e compreensão que nunca economizaram. Hoje tenho a certeza de que cheguei até aqui por vocês e para vocês.

Agradeço especialmente aos meus irmãos Anderson e Kleber, ou melhor, Mamão e Dede, pelo papel de pai a que se dedicaram; sempre me mostrando o caminho e as palavras duras quando necessário. Agradeço principalmente pelo exemplo que sempre foram; tornando-me reflexo de seus sucessos. Apesar da diferença de idade e agora da distância, conseguem me guiar e continuam atentos se aprendi direitinho o que me ensinaram. Agradeço a paciência e o amor que nunca faltaram à irmãzinha.

A despeito de não ter tido irmãs biológicas, meus irmãos me proporcionaram duas cunhadas que cumpriram muito bem esse papel. Agradeço à Crys e à Lele, que de certa forma me viram crescer e também foram responsáveis pelo caminho que trilhei. Agradeço à Lele em especial por ter transformado a minha vida desde o primeiro dia em que a conheci e por ter se tornado uma das minhas referências e exemplos de vida.

Agradeço aos amigos que me acompanham há muitos anos e que, apesar da correria, se fazem sempre presente e compreendem as ausências: Gabi e Franco, que ouviram minhas angústias e deram muitos pitacos no presente trabalho; Aline, Mandinha, Leo e PT. Não poderia deixar de agradecer também àqueles que tornaram os anos de graduação muito mais agradáveis, tanto dentro quanto fora da faculdade. Agradeço em nome de todos os amigos do Instituto de Economia à Lu, companheira de todas as horas; Tathi, Nana e Marina – por sempre proporcionarem abrigo depois de noites em claro; Anna, pelas caronas; todas *Azamis* por todas as risadas; André, Chico, Danilo, Lucas, Rafa e à todos os amigos que fiz na UERJ nos breves 6 meses que lá frequentei.

De importância sem magnitudes para a minha formação, agradeço também ao Colégio Teresiano pela confiança depositada em minha família e por ter me proporcionado a base que me trouxe até aqui. Uma bolsa de estudos pode parecer pequena para uma Instituição de grandes dimensões, mas para a vida daqueles que foram beneficiados, ela significa um novo caminho e milhares de oportunidades.

Agradeço também ao Rotary Club São Conrado por me proporcionar a mais incrível experiência que eu nunca nem poderia imaginar ter. Agradeço pelo carinho, cuidado e apoio que me dispuseram durante um ano de intercâmbio. Agradeço em especial à Mara, Sérgio e

D. Dora, que contribuíram muito para minha formação pessoal, me ensinaram a ser mais tolerante e me mostraram que o mundo está aí para ser explorado.

Agradeço à UFRJ por ter se tornado uma realidade. Agradeço a todos os professores que fizeram parte dessa trajetória por terem me mostrado que temos que correr atrás para que as coisas aconteçam. Agradeço pela formação que me proporcionaram e por todos esses anos de angústias, maratonas de estudo, ansiedade e convivência com as diferenças. Agradeço também ao André e ao Guilherme da Xérox, que sempre nos recebem com muito bom humor. Tenho certeza que a saudade será bem grande quando o ciclo for fechado.

Agradeço especialmente ao meu orientador Marcelo Paixão, que desde o primeiro e-mail me recebeu com grande entusiasmo. Agradeço pela paciência com o meu primeiro trabalho acadêmico, pelos puxões de orelha, por ter aceitado meu tema e me orientado de forma exemplar apesar da distância e do fuso horário – Obrigada, Internet! Agradeço pela sua preocupação em trazer à Universidade temas que em certo grau fogem ao escopo teórico, pela sua coragem e por ter me inspirado em seguir aquilo que acredito.

Agradeço, por fim, ao meu Abady, que me mostrou que amores de intercâmbio podem durar para sempre e que a distância – física e/ou cultural – é um mero detalhe. Agradeço por ter revolucionado o meu modo de ver a vida no último ano; por estar sempre ao meu lado apesar dos milhares de quilômetros de distância; por ouvir minhas angústias e meus anseios; pela imensa paciência; pela vontade de estar sempre perto nem que seja no mudo. Agradeço pela compreensão nessa fase final e por mesmo que não entendesse o que estava acontecendo, estendia a mão quando eu precisasse. Pelo carinho, companheirismo e amor.

“Favela, ô
Favela que me viu nascer
Eu abro o meu peito e canto o amor por você.

Favela, ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro
Pode te entender.

O povo que sobe a ladeira
Ajuda a fazer mutirão
Divide a sobra da feira
E reparte o pão.

Como é que essa gente tão boa
É vista como marginal
Eu acho que a sociedade
Tá enxergando mal¹”

¹ Música “Favela” de Arlindo Cruz

RESUMO

As favelas da cidade do Rio de Janeiro constituem um grupo heterogêneo e de dimensões quase incalculáveis. Ao longo dos anos, contudo, 763 favelas vêm sendo definidas e analisadas como se formassem um conjunto homogêneo. O presente estudo objetiva, nesse contexto, demonstrar que os *aglomerados subnormais*, forma pela qual as favelas são oficialmente nomeadas, não deveriam ser tratados dessa forma. Este tipo de compreensão pode parecer puramente teórica, mas é importante perceber que as políticas públicas para as favelas muitas vezes não possuem a eficácia que pretendem por não considerarem as especificidades de cada local. A Rocinha, por sua vez, será analisada com o intuito de demonstrar quão complexo e heterogêneo é o seu território. A investigação, do ponto de vista metodológico, se dará através da revisão bibliográfica sobre as favelas e a Rocinha, especificamente, e da análise de dados do Censo de 2010. A partir desse estudo, percebeu-se que as favelas possuem origens e desenvolvimentos bastante distintos e que a própria Rocinha pode ser dividida em classes sociais, formando, em certa medida, uma “burguesia favelada” ao lado de segmentos de menor poderio econômico. Em síntese, nosso estudo conclui que as favelas não constituem grupos homogêneos, devendo ser lidas sobre a ótica da heterogeneidade.

Palavras-chaves: *Favelas. Rocinha. Aglomerados Subnormais. Heterogeneidade. Homogeneidade.*

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

BNH	Banco Nacional de Habitação
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
ENAPUR	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UPMMR	União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – DA HOMOGENEIDADE À HETEROGENEIDADE	14
I. Definições	14
II. Ausência e carência	16
III. Homogeneidade	17
IV. Heterogeneidade	20
CAPÍTULO II – UM PASSEIO NA HISTÓRIA	24
I. Os cortiços	24
I.1 Reforma Passos	28
II. Origem e evolução das favelas	29
II.1 Plano Agache	31
III. Rocinha	36
CAPÍTULO III – A HETEROGENEIDADE INTERNA À ROCINHA	41
I. Caracterização Geral	41
I.1 População	41
I.2 Educação	42
I.3 Habitação e Localidades	44
I.4 Escolaridade e Renda	45
II. Uma Cidade dentro da Cidade	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Demolição do Cabeça de Porco saudada pela Revista Ilustrada, nº 656, Fevereiro 1893.....	27
Figura 2 – Planta da localização do Cabeça de Porco.....	27
Figura 3 – Os primeiros barracos e moradores do Morro da Favella.....	30
Figura 4 – Os primeiros barracos e moradores do Morro da Favella.....	30
Figura 5 – Morro de Santo Antônio.....	30
Figura 6 – Um dos trechos do Plano Agache que trata sobre as favelas.....	33
Figura 7 – Planta Geral da Avenida Presidente Vargas.....	34
Figura 8 – Vila Kennedy em 1963.....	34
Figura 9 – Mapa de Localização da Rocinha.....	40
Figura 10 – Pirâmide Etária da Rocinha.....	42
Figura 11 – Mapa Esquemático da Rocinha.....	45
Figura 12 – Percentual de Pessoas com 15 ou mais anos de idade Não-Alfabetizadas segundo os Setores Censitários da Rocinha – 2010.....	46
Figura 13 – Percentual de Domicílios Particulares com Renda Mensal declarada: RDPC até ¼ de Salário Mínimo segundo os Setores Censitários da Rocinha – 2010.....	47
Figura 14 – Camelódromo da Rocinha.....	49
Tabela 1 – Panorama das remoções das décadas de 60 e 70.....	35

INTRODUÇÃO

Apesar de não estarem presentes em tradicionais cartões postais da cidade do Rio de Janeiro, as favelas não passam despercebidas nem mesmo para os mais desatentos. Afinal, são 763 espalhadas pela cidade. Sua população, em conjunto, segundo o Censo de 2010, soma 1.393.314 habitantes, número que constituiria a 12ª maior cidade em população do país². Ao levar em consideração todos os moradores de favelas do Brasil, há uma movimentação, segundo o Instituto Data Favela, de R\$ 68,6 bilhões por ano³.

A maior delas, a Rocinha, constitui lar de centenas de pessoas e se encontra em plena Zona Sul carioca, área mais valorizada da cidade. Acaba por se beneficiar, portanto, dos serviços públicos oferecidos à “cidade formal” de seu entorno, que podem até mesmo interferir em sua própria organização interna. Sua população, por sua vez, além de fornecer mão de obra aos bairros adjacentes, constitui vasto e heterogêneo mercado consumidor e forma, como muitos dizem, “uma cidade dentro da cidade maravilhosa”⁴.

Não obstante, apesar de abranger 763 localidades e somar mais de 1 milhão de habitantes, as favelas não são analisadas à luz de suas características próprias. Pelo contrário. As diferenças entre e intrafavelas são muitas vezes ignoradas. A concepção de que todas as favelas são iguais é base para a formação do senso comum, independentemente da onde estejam localizadas ou de como sua população é constituída. Mais importante, porém, é o fato de que essa noção integra também o alicerce para a formulação de políticas públicas, que muitas vezes podem não ter a eficácia esperada por não levarem em consideração as especificidades de cada local.

Cada favela tem sua história, nasceu por um motivo e se estabeleceu por alguma razão. A carência de dados empíricos oficiais que de fato espelhem as especificidades de cada favela limita, por um lado, a abrangência do estudo. Contudo, estes foram utilizados por se

² Informações retiradas da matéria “Rio é cidade com maior número de moradores de favelas no País”, do site IG, de 21 de Dezembro de 2011. Disponível em: rio.ig.com.br/2011/12/21/rio-e-cidade-com-maior-numero-de-moradores-de-favela-no-pais/?doing_wp_cron. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

³ Dado retirado da matéria “Moradores de favelas movimentam R\$68,6 bi por ano, diz Data Favela”, do jornal on-line Estadão, de 02 de Março de 2015. Disponível em: brasil.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-de-favelas-movimentam-r-68-6-bi-por-ano-diz-data-favela,1642496. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

⁴ Título da matéria do site Público de 13 de Novembro de 2011. Disponível em: www.publico.pt/mundo/noticia/rocinha-a-cidade-dentro-da-cidade-maravilhosa-1520753. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

apresentarem como a base de políticas públicas e o que se sabe – oficialmente – sobre tais localidades. Apesar de tal limitação, é possível perceber que as favelas não formam um grupo homogêneo. Existem diferenças internas quanto à renda da população, local e qualidade das moradias, escolaridade, emprego, etc. Mais relevantes ainda são as divergências entre as diferentes favelas. O entendimento e reconhecimento de tais disparidades se tornam importantes para que políticas públicas sejam de fato efetivas.

A presente monografia tem como objetivo principal demonstrar que as favelas não constituem um grupo homogêneo. Através da revisitação histórica e exposição de dados, pretende-se analisar as favelas de forma a evidenciar sua heterogeneidade. Em especial, objetiva-se caracterizar a Rocinha, demonstrando que ela constitui uma região complexa e heterogênea.

Para isso, o presente estudo objetiva, de forma específica, definir o objeto – definir o que é uma favela, tanto para órgãos oficiais quanto para seus próprios moradores. Ao mesmo tempo, pretende-se apresentar e descrever diferentes visões em relação às favelas; explorar a história, origem e evolução das favelas como um todo e da Rocinha, especificamente; e analisar os dados referentes à Rocinha, caracterizando-a social e economicamente, a fim de demonstrar sua heterogeneidade.

Estudos na Universidade com foco nas favelas se justificam por possuírem importância de crescimento exponencial. Isso ocorre pelo fato de que um número cada vez maior de alunos de baixa renda acessará a educação de nível superior graças ao crescimento no montante de políticas governamentais de incentivo à educação. Nesse contexto, a UFRJ estará a cada semestre mais exposta a tal realidade. A presente monografia se faz importante, portanto, por sua tentativa de entender e analisar as características da realidade de um número crescente de alunos e por trazer ao mundo acadêmico uma discussão que não pode ser ignorada, mas que muitas vezes é esquecida, principalmente na área das Ciências Econômicas.

A metodologia do trabalho consistirá na pesquisa e análise bibliográfica da literatura existente sobre as favelas e, em especial, sobre a Rocinha, no que tange à origem e evolução desses locais e suas características, principalmente. Toda a análise será feita com base na revisão bibliográfica e em dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, do IPP e SEBRAE.

Dessa forma, o trabalho será dividido em três capítulos, além desta introdução, que conteve breve contextualização do tema proposto, e das considerações finais. Serão mobilizados dados históricos e demográficos, estudos acadêmicos, bem como visões e opiniões que de alguma forma contribuíram para o que hoje se sabe sobre as favelas. Não se pretende, porém, esgotar o assunto, mas apenas contribuir para o início das discussões sobre um tema que está presente no dia-a-dia do morador da cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo será construído de forma que o objeto será definido e as principais visões sobre as favelas serão expostas. Este será dividido em quatro seções e se apoiará, principalmente, em Dymski (2010), Nóbrega Jr. (2007), Observatório de Favelas (2009), Perlman (1979) e UFSM (2012).

O segundo capítulo revisitará os principais fatos históricos que deram origem às favelas e à Rocinha, especificamente. Desde os cortiços às primeiras favelas, passando pelas principais tentativas de reforma do espaço social. Para tal, serão mobilizados de forma mais abrangente Abreu (2008), Klintowitz (2008), Nóbrega Jr. (2007) e Valladares (2000). Em pontos mais específicos também serão utilizados Azevedo (1988), Cardoso (2008), ENAPUR (2009), Lima (1990), Martins (2014), Medeiros (2010), Moreira (2007), Nascimento Silva (2010), Soares Gonçalves (2006) e Solis (2013).

O terceiro capítulo, por sua vez, tem como objetivo expor e analisar os dados de ordem social e econômica relativos à Rocinha. A análise se dará através da demonstração da heterogeneidade intrínseca a tal localidade, destacando suas principais características. Serão mobilizados, para isso, dados do IBGE (Censo de 2010), SEBRAE e IPP, assim como Klintowitz (2008), Lopes (2009), Rawet (2014) e Valladares (2010).

Por fim, as considerações finais contêm uma tentativa de síntese do que foi desenvolvido durante os três capítulos, incluindo as limitações decorrentes da realização da presente monografia. Abrange também reflexões sobre a manutenção do padrão homogeneizante que tende a se estabelecer nas visões em relação às favelas; sobre a importância de reconhecer a heterogeneidade intrínseca a esses territórios; assim como sobre a relevância de se entender, apesar da carência de dados, o valor da Rocinha para a economia da cidade do Rio de Janeiro como um todo.

CAPÍTULO I – DA HOMOGENEIDADE À HETEROGENEIDADE

Esse capítulo tem como objetivo realizar uma breve análise das diversas representações e discursos referentes às favelas brasileiras.

O capítulo terá como base predominante a dissertação de mestrado de Nóbrega Jr. (2007); o material resultante do seminário “O que é a favela, afinal?” realizado pelo Observatório de Favelas (2009); um estudo realizado pela UFSM que analisa a forma pela qual a mídia enxerga as favelas (2012); além de Perlman (1979; 2005) e Dymski (2011).

Na primeira seção, serão expostas as diferentes definições de favela, que pretendem nivelar o conhecimento sobre a mesma e, ao mesmo tempo, demonstrar quão falhos são os conceitos oficiais. Em seguida, serão apresentados os mais comuns discursos referentes às favelas no que tange a ausência e carência. A terceira seção, por sua vez, pretende exibir de forma geral a homogeneidade presente nos discursos direcionados a tais territórios. Por fim, a quarta seção discorrerá brevemente sobre a heterogeneidade existente entre as favelas e dentro das próprias.

I. Definições

A definição oficial de favelas no Brasil vem a ser o de *aglomerados subnormais*. Portanto, esta terminologia, desenvolvida pelo IBGE, é também aquela utilizada como orientação de políticas públicas, ações da sociedade civil e até mesmo dos agentes do mercado. Com o intuito de tentar compreender de uma forma melhor o conceito de *aglomerado subnormal*, segue a definição nos termos do próprio órgão:

“É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa” (Censo 2010).

Os *aglomerados subnormais*, como definidos acima, contudo, não se fazem suficientes para representar de forma integral aquilo que se pretende. Isso ocorre pelo fato de que “uma “boa” definição, do ponto de vista lógico, deve ser ampla o suficiente para abranger o fenômeno que se quer definir, em todas as suas dimensões e manifestações relevantes para os

objetivos do pesquisador” (Observatório de Favelas, 2009, p.54). Tal definição, contudo, possui “muitas deficiências” (Nóbrega Jr, 2007, p.44), uma vez que, segundo o próprio IBGE no Censo de 2010, generaliza todo e qualquer tipo de “invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas, e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente”⁵.

Segundo Nóbrega Jr. (2007, p.44), o conceito de *aglomerados subnormais* do IBGE foi desenvolvido nos anos 50, quando o censo realizado neste ano foi o primeiro a incluir as favelas como uma de suas variáveis de investigação. No entanto, as favelas da década de 50 são completamente diferentes das atuais, tanto em forma quanto em complexidade. E, ainda assim, o IBGE continua a tratá-las e defini-las como há 60 anos.

De acordo com o mesmo autor acima, é evidente o olhar homogeneizador que os órgãos oficiais possuem sobre esse fenômeno social. Elas ainda são abordadas no singular, como se possuíssem a mesma origem, forma de desenvolvimento e dinâmica econômica. O resultado é que há imensa diversidade que é desconsiderada (Nóbrega Jr., 2007, p.44).

Um terceiro ponto é novamente destacado por Nóbrega Jr. (2007). As definições correntes assumem, muitas vezes, uma posição extremamente preconceituosa, uma vez que todas as características direcionadas às favelas “são marcadamente negativas e pautadas pela ausência, ou seja, não se reconhece nada de bom ou positivo nesses territórios”⁶.

O IBGE não é, no entanto, a única instituição pública que já apresentou limites em sua definição de favelas. A CHISAM, por exemplo, criada em 1968 pelo Governo Militar, definia as favelas como sendo um “espaço urbano deformado”, no qual habitava uma “população alienada da sociedade por causa da habitação; que não tem os benefícios de serviços porque não paga impostos”. Por isso, “a família favelada necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária; sendo necessária a integração dos moradores à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver” (Valla, 1985, p.286).

As favelas, portanto, como afirmado por Nóbrega Jr., são normalmente retratadas como um espaço de ausência total, inclusive de cidadania⁷. Não é a toa que muitos programas sociais pretendem “trazer de volta a cidadania” às pessoas que ali habitam – como se elas não fossem cidadãs. Tais localidades são tratadas, na verdade, como o oposto de tudo o que seria a

⁵ Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados, 2010, p.19.

⁶ Nóbrega Jr., 2007, p.44.

⁷ Ibid, p.45.

boa sociedade – a favela é um “problema exatamente por não assumir os padrões “da cidade” civilizada e moderna. Ou seja, é como se ela não pertencesse à cidade, representando o atraso e, ao mesmo tempo, um território estranho à *Urbe*” (Nóbrega Jr., 2007, p.45).

A representação das favelas como áreas de habitação precária e degradada tornou-se recorrente especialmente nas metas de políticas públicas; o que as tornava facilmente sujeitas e fadadas à erradicação. De acordo com Nóbrega Jr., tornavam-se, assim, passíveis de “intervenção civilizatória” em nome da criação de novos hábitos “mais condizentes com o normal” (2007, p.45).

II. Ausência e carência

Segundo o Observatório de Favelas, historicamente “o eixo paradigmático da representação das favelas é a ausência” (2009, p.16). As favelas seriam, então, definidas pelo que “não seriam” ou pelo que “não teriam”. Dessa forma, seriam espaços destituídos de infraestrutura urbana básica, como água, luz, esgoto ou coleta de lixo. Não possuiriam arruamento e seriam “globalmente miseráveis; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral”. Seriam, então, a “expressão do caos”⁸.

De acordo com Dymski (2011, p.6), entre outras visões por ele expostas, as favelas podem ser vistas como uma terra sem lei. Com o intuito de exemplificar este ponto, o autor enfatiza alguns dos argumentos utilizados por aqueles que as veem como tal: a maioria dos seus negócios é feito através da economia paralela; o espaço não é autorizado nem planejado, tendo sido ocupado sem a permissão das autoridades públicas; a maior parte de seus trabalhadores é informal. Como o autor afirma, a favela representa uma zona em que o Contrato Social de Rousseau, que implicitamente leva membros individuais a um conjunto de regras comuns, é sistematicamente violado⁹.

O discurso da falta e da carência, destacado pela UFSM (2012, p.8), também pode ser encontrado de forma constante na mídia. Nele, a favela é descrita como um local desprovido de estrutura nos níveis econômico, social e político. A matéria “Edna Ezequiel, mãe da menina de 11 anos morta por uma bala perdida no Rio de Janeiro” (*apud* UFSM, 2012, p.8), por exemplo, afirma que a “maioria das pessoas está desempregada ou abaixo da linha da pobreza da miséria”. A cidadania, para o autor da matéria, inexistente nas favelas, como

⁸ Observatório de Favelas, 2009, p.16.

⁹ Dymski, 2011, p.6.

exemplificou ao destacar as falas da moradora Edna que acabara de perder sua filha: “Quem mora no morro não tem sonho”; “Não existe bala perdida. A bala só é perdida quando não acerta ninguém. Aquela bala fez o que foi feita para fazer”¹⁰.

Em adição, há o discurso apontado por Nóbrega Jr.¹¹, que denuncia a desigualdade, discriminação e violência sofridas pelos moradores das favelas: o discurso “progressista”. Tal prática surgiu a partir da mobilização social decorrente da redemocratização do Brasil e se encontra com vigor na luta das favelas contra a política de remoção iniciada nos anos 60. Nesta linha discursiva, como afirma o autor, os habitantes são carentes e dependentes de agentes externos para solucionar os problemas por eles vividos. As soluções são muitas vezes “academicistas” e propostas por agentes distantes da realidade com a qual trabalham. Porém, segundo Nóbrega Jr., deveriam, ainda assim, ser seguidas pelos moradores, que não teriam condições de estabelecer soluções e saídas para seus próprios problemas (Nóbrega Jr., 2007, p.48).

III. Homogeneidade

De acordo com o Observatório de Favelas (2009, p.16), outro elemento também muito peculiar das representações usuais das favelas é a homogeneização. Para o sociólogo Ricardo Linhares, por exemplo, “os olhares criminalizantes e alienantes em relação à favela, ao transformá-lo no território privilegiado do crime e no lugar da ausência – “o lugar de coitados, no senso comum generoso” –, contribuiriam para a constituição desta visão homogeneizante” (*apud* Observatório de Favelas, 2009, p.41).

A visão de que as favelas são resultados de invasões e que permanecem vivas sob a ilegalidade generalizou-se como característica de toda e qualquer favela no final dos anos 40 e início dos anos 50 com as modificações e expansão do mercado imobiliário e as disputas de terra¹². Pode-se perceber a generalização da descrição das favelas até mesmo no Boletim Oficial da Secretaria de Serviços Sociais do Brasil da década de 1960, que afirmava ser a favela “um grupo de moradias com alta densidade de ocupação, construídas desordenadamente, com materiais inadequados, sem zoneamento, sem serviços públicos e em terrenos usados ilegalmente, sem o consentimento do proprietário”. (*apud* Observatório de Favelas, 2009, p.38).

¹⁰ UFSM, 2012, p.9.

¹¹ Nóbrega Jr, 2007, p.48.

¹² Observatório de Favelas, 2009, p.33.

Nesse contexto, as favelas podem ser vistas como um “dreno” de recursos públicos escassos e comuns. Em tal visão exposta por Dymki (2010, p.5), todos seus moradores lá se instalam e “drenam” água, luz, educação e outros serviços providos pelo governo para os pagadores de impostos. No entanto, como os moradores das favelas pagam menos impostos do que a parcela justa para tais serviços – se é que pagam algum imposto –, o autor afirma que eles poderiam ser vistos como “aumentadores” de custo para aqueles que os pagam. Tal representação, segundo Dymki¹³, depende de como os serviços públicos são financiados e definidos: quais serviços os residentes das favelas de fato demandam? Qual a elasticidade na provisão dos serviços públicos para o sistema que foi inicialmente desenhado para cobrir apenas as zonas formais da cidade?

Discurso homogeneizador ainda mais comum é aquele denominado por Nóbrega Jr. como “conservador”¹⁴. Para os conservadores, todo pobre é um bandido em potencial. Tal discurso ganha repercussão ainda quando os cortiços seriam o principal problema da capital e relaciona de forma direta pobreza e criminalidade, uma vez que as favelas seriam o habitat natural das classes perigosas da sociedade, tomando o lugar, portanto, dos cortiços, que já não mais existiam na paisagem. Os projetos sociais deveriam, então, segundo o autor, livrar os moradores do caminho do crime (Nóbrega Jr., 2007, p.46).

A visão conservadora, e extremamente preconceituosa, segundo Nóbrega Jr., justifica as intervenções militares e do BOPE nas favelas, e, mais recentemente, das UPPs, que teriam como objetivo principal trazer de volta a paz aos moradores. Dessa forma, como afirma o autor, as populações mais pobres seriam o problema da cidade: violentas, sem senso de estética ou educação¹⁵. E, conseqüentemente, a favela, sua morada, seria um local sem lei, de marginais e bandidos, que deveria ser removida e extinta.

De forma muito próxima ao conservadorismo, o discurso da violência e do tráfico, destacado pela UFSM (2012, p.7) e muito utilizado pela mídia, relaciona o morador da favela ao crime e à ilegalidade. As favelas são vistas como locais de desordem, zonas de guerra; havendo uma supervalorização do tráfico e do crime, como pode ser observado na matéria “Rio, cidade aberta”, em uma das edições da VEJA de 2007. Esta se inicia com a afirmação: “O tráfico de drogas assumiu uma dimensão superlativa no Rio de Janeiro”¹⁶. Ao longo da

¹³ Dymki, 2010, p.6.

¹⁴ Nóbrega Jr, 2007, p.46.

¹⁵ Ibid, p.47.

¹⁶ Trecho retirado da matéria “Rio, cidade aberta”, p. 50-67, da Revista Veja, edição 1990, de 10 de janeiro de 2007. Disponível em: [HTTP://veja.abril.com.br/100107/p_050](http://veja.abril.com.br/100107/p_050). Acesso em: 14 de Agosto de 2015.

mesma, segundo a UFSM, utiliza-se uma linguagem que relaciona o dia-a-dia da favela ao de uma guerra constante e a descreve como principal centro gerador de violência, criminalidade e tráfico¹⁷. O autor da matéria afirma que o tráfico de drogas “se disseminou de tal forma que abalou não apenas a imagem da cidade – povoada por traficantes que se movimentam pelas ruas com armas de uso militar em punho – como a vida de seus habitantes”. E continua: “A rotina da cidade é frequentemente conturbada por tiroteios entre facções ou pelo confronto violento de policiais com bandidos”.

O discurso da chaga social, por seu turno, também evidenciado pela UFSM¹⁸, trata as favelas como um problema social, que distorce a imagem da cidade maravilhosa e que, portanto, deve ser eliminado. Em também matéria da Revista Veja de 2007, intitulada “Salvem o cartão postal”, o autor explicita sua ideologia logo no subtítulo: “O Morro Dois Irmãos, no Rio, está ameaçado por uma favela. É preciso derrubá-la imediatamente”. A cidade é partida entre o morro e o asfalto. As áreas ricas da cidade estão, então, ameaçadas pelos pobres que devem ser eliminados da paisagem: “permitir que os barracos dominem a paisagem do Leblon é um crime monstruoso. Mexam-se, cariocas, salvem o que é seu!”¹⁹.

A concepção que tem as favelas como homogêneas se encontra não somente entre alguns acadêmicos, mas também em diversos segmentos da sociedade e, mais importante, entre agentes do governo e elaboradores de políticas públicas (Perlman, 1979, p.15). E, nesse sentido, estas por vezes são implantadas mais “como formas de prevenção da violência do que direitos de exercício da cidadania; as iniciativas são fragmentárias; os investimentos são precários e a ambiência econômica é frágil” (Observatório de Favelas, 2009, p.17).

A noção acerca das favelas está, portanto, segundo o Observatório de Favelas, repleta de representações preconceituosas e de juízos generalizantes, que se distanciam muito da realidade do objeto e que se dão a partir de pressupostos que se sustentam em torno das ideias de ausência, carência e homogeneidade²⁰.

A homogeneização, contudo, também pode ser encontrada quando de uma representação não tão negativa em relação às favelas. Dymski destaca o fato de que elas podem ser vistas como uma expressão coletiva do “jeitinho brasileiro” (2010, p.7). Como seus

¹⁷ UFSM, 2012, p.8.

¹⁸ Ibid, p.10.

¹⁹ Trecho retirado da matéria “Salvem o cartão-postal”, da Revista Veja, edição 2040, p.52-53, de 26 de dezembro de 2007. Disponível em: [HTTP://veja.abril.com.br/261207/p_052](http://veja.abril.com.br/261207/p_052). Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

²⁰ Observatório de Favelas, 2009, p.17.

residentes representam as soluções individuais e coletivas para os problemas do dia-a-dia, estas representam o “jeitinho”. Com suas estruturas e caminhos autoconstruídos e inventados com o uso do que está disponível, a favela representa, segundo o autor, uma grande e coletiva solução não planejada para o problema político econômico da cidade.

Outra visão também destacada por Dymski (2010) foca em como os habitantes das favelas estão ligados à economia da cidade, transformando-os em uma “reserva de trabalho”²¹. Isto ocorre pelo fato de que os favelados estão disponíveis, em sua maior parte, para trabalhos com menores salários, que necessitam menos de treinamento formal e nos quais se “aprende fazendo”, como afirmado pelo autor. A concepção da favela como uma componente chave para a economia da cidade se aprofunda, segundo Dymski, quando a consideramos como reserva de renda, poupança e acumulação de riqueza. Isto é, ela representa uma zona de expansão para a atividade financeira e mercado consumidor, uma vez que não há presença marcante de instituições financeiras, mas, por outro lado, enorme capacidade de consumo (Dymski, 2010, p.8).

Por fim, de acordo com o Observatório de Favelas (2009, p.21), o “reconhecimento de que a representação das favelas – e de seus moradores – orienta políticas e projetos que, na maioria das vezes, se fundamentam em pressupostos equivocados, em geral superficiais, baseados em estereótipos que não permitem uma compreensão aprofundada sobre a realidade social, econômica, política e cultural em sua totalidade e complexidade” se faz necessário para que surjam novos modos de compreensão sobre o fenômeno da favelização.

IV. Heterogeneidade

De acordo com o Observatório de Favelas, a visão homogeneizante destacada anteriormente “não dá conta da complexa dinâmica sócio-espacial das favelas cariocas e deve, portanto, ser revista”²². O próprio termo “favela” é uma generalização, como concluído por Boschi e Goldschmidt, em 1970 (*apud* Observatório de Favelas, 2009, p.37). Perlman, por exemplo, afirma que, apesar de serem globalmente aceitas, tais proposições homogeneizantes não correspondem à realidade. Elas são, segundo a autora, empiricamente falsas, analiticamente enganadas e traiçoeiras em suas implicações políticas (2005, p.7).

Na década de 60, Machado da Silva destaca a existência de uma diversidade interna a cada favela:

²¹ Dymski, 2010, p.8.

²² Observatório de Favelas, 2009, p.37.

“A favela não é uma realidade compacta e homogênea – o favelado, como categoria analítica, não existe. Existem diversas categorias de favelados. Além das diferenciações internas, existem grandes variações entre uma favela e outra. Os parâmetros a serem adotados no julgamento da favela devem estar adaptados ao nível e modo de desenvolvimento do meio urbano em que a favela se insere” (*apud* Observatório de Favelas, 2009, p.38).

Da mesma forma, Perlman (1979, p.13) afirma que existiriam favelas de todos os tipos: desde aquelas que possuem uma ocupação mais dilatada quanto outras mais densas. Algumas apresentam até mesmo uma malha viária bem traçada e espaços livres. Quanto às características do ambiente construído, a autora destaca que muitas apresentam melhoras significativas no que se refere ao material de construção das moradias e da disponibilidade de serviços urbanos.

A imagem do “barraco” que era associada automaticamente à favela não corresponde mais à realidade da maioria das favelas em metrópoles. A invasão de uma terra sem infraestrutura, com a autoconstrução de uma moradia com material provisório, deixa de ser característica dominante (Denaldi *apud* Observatório de Favelas, 2009, p.62). Elas se verticalizam e grande parte das moradias é construída em alvenaria. A cobertura por serviços de infraestrutura aumenta e “a forma de acesso à favela passa a ser preponderantemente pela via do mercado imobiliário informal e o ‘comprador’, na maioria das vezes, adquire uma moradia já parcialmente construída. Constata-se também a diversidade espacial e social: não são apenas os mais pobres que habitam as favelas”²³.

Há, portanto, uma evidente crise de representação em relação às favelas. O objeto não corresponde à imagem hegemônica que dele se tem (Observatório de Favelas, 2009, p.17). Pelo contrário. Criou-se uma representação estereotipada repleta de pré-conceitos e juízos generalizantes de algo muito mais complexo e diverso. Para o Observatório de Favelas, deve haver o reconhecimento de que a representação das favelas se fundamenta em pressupostos superficiais e estereotipados, que não permitem uma compreensão aprofundada e real de tais localidades. E que, na verdade, elas deveriam ser entendidas como moradas singulares no conjunto da cidade e integradas a esta, sendo, todavia, tipos de construções e ocupações que não seguem os padrões estabelecidos pelo Estado nem pelo mercado²⁴.

²³ Denaldi *apud* Observatório de Favelas, 2009, p.63.

²⁴ Observatório de Favelas, 2009, p.21.

A cidade deve ser reconhecida, segundo o Observatório, como una e plural, possuindo uma gestão metropolitana baseada na justiça territorial. “Compreender a cidade em sua pluralidade é reconhecer a especificidade de cada território e seus moradores, considerando-os como cidadãos que devem ter seus direitos sociais garantidos na forma de políticas públicas afeiçoadas aos seus territórios” (Observatório de Favelas, 2009, p.23). Trata-se, de acordo com o Observatório, de um projeto democrático de cidade.

Com o objetivo de contribuir para a formulação de uma definição que abranja a complexidade das favelas, o Observatório de Favelas, em sua declaração institucional própria, destaca alguns pontos essenciais para a compreensão do fenômeno de favelização. Em primeiro lugar, “a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes”. Políticas e ações que se traduzem na deficiência em termos de infraestrutura urbana; equipamentos educacionais, culturais e de saúde; na promoção de moradia digna para seus habitantes; entre outros aspectos. “As favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais”²⁵.

Em termos socioeconômicos, em segundo lugar, de acordo com o Observatório, “a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços”. As relações de geração de renda e emprego, segundo o Observatório, são geralmente informais e há elevadas taxas de subemprego e desemprego quando comparadas com o restante da cidade. São consideráveis as distâncias socioeconômicas quando se trata da “qualificação do tempo/espço particular às favelas e o das condições presentes na cidade como um todo” (Observatório de Favelas, 2009, p.96).

Ao considerar o perfil sócio-urbanístico, o Observatório destaca que “a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado”. De outra forma, ela “resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade”²⁶.

Por fim, o Observatório de favelas, considerando o perfil sociocultural, afirma que “a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas”, além de nordestinos pobres e seus descendentes. E que, “(...) superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua

²⁵ Observatório de Favelas, 2009, p.96.

²⁶ Ibid, p.97.

pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas” (Observatório de Favelas, 2009, p.97).

Dentro deste cenário, em visão elaborada por Dymski, a favela é “uma comunidade em processo de tornar-se” (2010, p.19). Ela seria, segundo o autor, um conjunto de relações entre pessoas que conhecem umas as outras; uma criança que veio de “ninguém sabe onde” e que foi tomado por “todo mundo sabe quem”. A favela é muitas vezes um refém de forças de ocupação; uma criança que não é criança. Dymski ressalta que ela faz o que precisa para sobreviver e não tem medo de criar, pois se não o faz, morre²⁷.

Entender que as favelas não constituem um objeto único e homogêneo seria, portanto, a partir da análise acima, de grande relevância para que se reduzisse, pelo menos em parte, os preconceitos e estigmas generalizantes que até hoje são encontrados no senso comum e na formulação de políticas públicas. As favelas representam um fenômeno em constante mudança e desenvolvimento, que resiste e tenta reafirmar-se a cada dia, enfrentando forças opressoras e militares, que em geral chegam com a intenção de manter a paz, mas que muitas vezes o contrário o fazem.

Trata-se de “uma comunidade em processo de tornar-se”, pois ainda não está – e talvez nunca esteja – da forma pretendida e sonhada por seus moradores nos âmbitos urbano, econômico e social. “Faz o que precisa para sobreviver”, pois, mesmo não possuindo o suporte esperado, vive um dia de cada vez.

Nesse contexto, e com o intuito de entender melhor o processo de favelização à luz da heterogeneidade desses espaços, os próximos capítulos realizarão um breve passeio sobre a história no que se refere à constituição das favelas e da Rocinha, especialmente, caracterizando-a econômica e socialmente, na tentativa de expor, em algum grau, as diversidades que dali surgem.

²⁷ Dymski, 2010, p.19.

CAPÍTULO II – UM PASSEIO NA HISTÓRIA

Para melhor compreender as favelas da atualidade e, em especial, a Rocinha, se faz necessária uma breve análise da evolução da cidade: desde os cortiços até o surgimento das primeiras favelas, passando pelas principais tentativas de erradicação de ambos, e, finalmente, o surgimento da Rocinha.

O objetivo do presente capítulo não é uma análise profunda de cada aspecto destacado acima. No entanto, para entender o presente, é imprescindível conhecer o passado. O capítulo será, nesse sentido, dividido em três seções, que realizarão uma breve análise sobre os cortiços, a origem e evolução das favelas, e sobre a Rocinha, respectivamente.

I. Os cortiços

Segundo Abreu (2010, p.57), o final do século XIX foi caracterizado por uma intensa industrialização da cidade do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, pelo fim do sistema escravista, declínio da atividade cafeeira e grande afluxo de imigrantes estrangeiros – o que resultou num processo acelerado de crescimento populacional. O maior adensamento no centro da cidade retirou as famílias mais abastadas dessa área, que foram morar em locais mais próximos ao mar (Nóbrega Jr., 2007, p.20).

De acordo com Nóbrega Jr., naquele mesmo período, as casas da região central da cidade do Rio passaram a ser alugadas e divididas em vários cômodos internos. Este arranjo atraiu grande contingente de população que não podia adquirir uma casa no centro da cidade, mas que precisava permanecer nas proximidades do trabalho²⁸. Essas pessoas acabaram por constituir, assim, os cortiços.

Ao longo do tempo, como afirma Nóbrega Jr. (2007, p.20), tais habitações se precarizaram, uma vez que nem os donos se responsabilizavam por melhoramentos nem as famílias tinham condições financeiras de empreender reformas: os banheiros eram coletivos, os quartos não eram arejados nem havia recolhimento de lixo. Com isso, segundo o autor, tornaram-se habitações insalubres, passando a ser responsabilizadas pelo atraso social e por todos os malefícios da cidade.

²⁸ Nóbrega Jr., 2007, p.20.

Conforme afirmado por Nóbrega Jr., o aumento da concentração populacional na área central não foi acompanhado pela construção de casas para as camadas mais pobres. À vista disso, estas foram sendo compelidas a se instalarem nos cortiços, que se tornavam cada vez mais inabitáveis e deletérios²⁹. O século XX começa, então, como destaca o autor, com uma grave crise habitacional.

Ainda segundo Nóbrega Jr. (2007, p.20), a responsabilização dos moradores dos cortiços pelos problemas metropolitanos era reforçada pelas elites e sociedade letrada, que, através da teoria higienista, viam nos cortiços a causa das epidemias que assolavam a cidade. A febre amarela, a cólera e a malária normalmente atingiam primeiro os indivíduos dessas habitações. Isso não ocorria, contudo, pelo fato de pobreza estar diretamente ligada a causas de doenças, mas, de acordo com o autor, pela falta de estrutura da cidade que não dava conta de questões básicas, como água, esgoto e recolhimento de lixo ou assistência médica aos menos afortunados³⁰.

Por conta de uma população constituída por pobres no centro – área extremamente valorizada –, em habitações precárias e insalubres, a ação modernizadora da República se baseava no discurso das “classes perigosas” (Valladares, 2000, p.7). Segundo esta concepção, os cortiços eram antros dos vadios, viciados e criminosos; territórios tenebrosos, sem lei e produtores de todos os malefícios da cidade. Tais localidades eram o “*locus* da pobreza, espaço onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam, em grande número, vadios e malandros”. Considerados, também, como afirma Valladares, como foco de epidemias, constituíam uma ameaça às ordens moral e social³¹.

Interessante destacar a proximidade de tais discursos com aqueles estereotipados e homogeneizantes que até hoje se direcionam às favelas, como destacado no capítulo anterior. Curioso notar também que, mesmo reconhecendo a presença de trabalhadores em tais localidades, o que evidencia a não homogeneidade de sua população, as classes mais abastadas desconsideravam a heterogeneidade interna existente, atendo-se aos estigmas para embasar seus argumentos higienistas e preconceituosos.

O Estado, por seu turno, preocupado com a situação dos cortiços, interviu pela primeira vez através do decreto de 9/12/1882, que “isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem “casas populares, higiênicas, com

²⁹ Nóbrega Jr., 2007, p.19.

³⁰ Ibid, p.21.

³¹ Valladares, 2000, p.7.

fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração” para seus operários” (Abreu, 2010, p.57).

A construção de vilas operárias, segundo Abreu (2010, p.57), apesar de efetivamente implantada, não eliminou os cortiços, que continuaram abrigando grande parte da população pobre, concentrando-se principalmente no centro. Abreu afirma, no entanto, que a situação iria mudar no início do século XX. Isso porque, de acordo com o autor, as bases ideológicas de ocupação da nova cidade que iria surgir já estavam lançadas³².

As ações do Estado frente aos cortiços precisavam, então, ser mais efetivas. Segundo Nóbrega Jr. (2007, p.22), o primeiro a sofrer intervenção foi o maior dos cortiços – o Cabeça de Porco, localizado na Rua Barão de São Félix, na região central do Rio de Janeiro (Figura 2). Em 26 de janeiro de 1893, o Prefeito Barata Ribeiro, apoiado no discurso higienista, pôs abaixo os casarões sem se importar com o futuro daqueles que ali habitavam. Alguns estudiosos afirmam, no entanto, que ele permitiu a retirada de madeiras restantes das demolições, que poderiam ser utilizadas em outras construções no morro que ficava atrás do cortiço (Benchimol, 1990 *apud* Nóbrega Jr., 2007, p.22). Tal área era o Morro da Providência, depois conhecido como Morro da Favella com a chegada dos soldados de Canudos – o que será exposto com maior detalhamento mais adiante. Por isso que se pode mesmo afirmar que os cortiços corresponderam à “semente da favela” (Valladares, 2000, p.7).

A Figura 1 refere-se à capa da Revista Ilustrada, revista de grande sucesso à época, ao anunciar a demolição do cortiço Cabeça de Porco. Angelo Agostini, jornalista e escritor que publicou a edição, descreveu a ilustração: “Quem suporia que uma barata fosse capaz de devorar uma cabeça de porco em menos de 48 horas? Pois devorou-a alegremente, com ossos, pele e carne, sem deixar vestígios”³³.

³² Abreu, 2010, p.57.

³³ Trecho retirado da matéria “Baratas me mordam”, do Jornal O Globo de 22/11/2011. Disponível em: noblato.globo.com/artigos/noticia/2011/11/baratas-se-mordam-417837.html. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

ANNO 18
CAPITAL FEDERAL, 1893.
Nº 866

O CORREIO

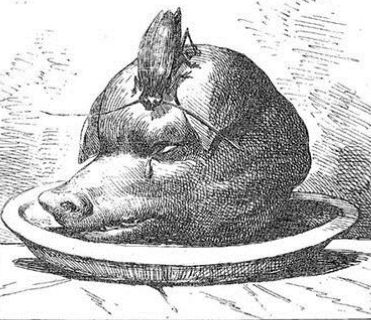
CAPITAL

ANNO	1893
TEMPORAL	SEPTOR
TEMPORAL	SEPTOR

PUBLICADA POR ANGELO COSTINI.
 AGRICULTORES E FORTIFICADOS, SEMPRE EM ORGÃO
 A RUA DE BORGES DIAS, Nº 50, SOBRADO

ESTADOS

AMOR	SEPTOR
TEMPORAL	SEPTOR
TEMPORAL	SEPTOR



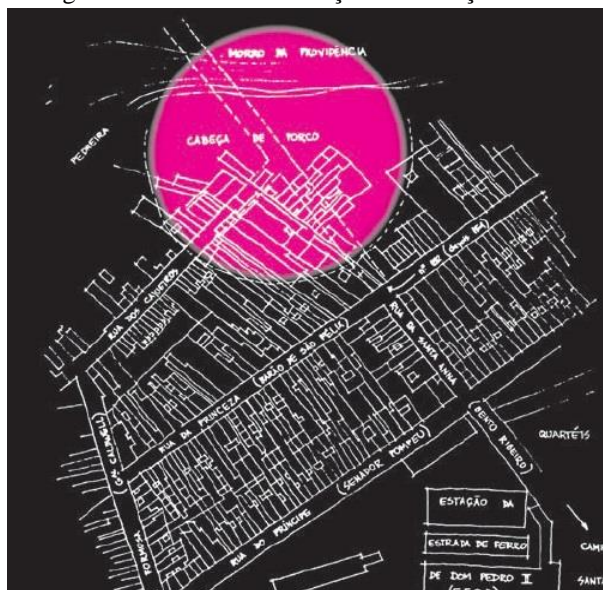
En, de ferro a saia.
De tal poder a saia
En, a saia a saia.
En, a saia a saia.

Cachorro de porco

Ve-se o porco a saia
De tal poder a saia
En, a saia a saia.
En, a saia a saia.

En, a saia a saia.
De tal poder a saia
En, a saia a saia.
En, a saia a saia.

Figura 2: Planta da localização do Cabeça de Porco



Iniciava-se, dessa forma, segundo Abreu, um processo de intervenção mais direta do Estado sobre o centro da cidade, “que viria a se intensificar sobremaneira a partir do início do século, e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca” (2010, p.50).

No entanto, ainda em 1875, de acordo com Abreu³⁴, o Estado já era aconselhado a realizar melhoramentos na área central da cidade quando da publicação do primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, especialmente o:

“alargamento e retificação de varias ruas e abertura de novas praças e ruas com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos dando, ao mesmo tempo, mais beleza e harmonia às suas construções (devendo as ruas e praças ficar) dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviais sejam feitos com facilidade (*apud* Abreu, 2010, p.49).”

Essas transformações, contudo, de acordo com o autor, só ocorreram a partir de 1903, na administração Pereira Passos.

I.1 Reforma Passos

De acordo com Abreu (2010, p.59), o século XX exigia uma nova organização do espaço da cidade do Rio de Janeiro, que deveria adequar a forma urbana às necessidades de acumulação de capital da sociedade emergente. Para tal, o Prefeito Francisco Pereira Passos comandou, em quatro anos, “a maior transformação já verificada até então, um verdadeiro programa de reforma urbana”³⁵. A abertura da Avenida Rio Branco, por exemplo, segundo o autor, implicou na demolição de centenas de casas, que contavam com famílias muitas vezes numerosas, custando ao governo montantes vultosos de dinheiro. Suas implicações sociais, no entanto, certamente se sobrepuseram às mudanças estéticas da cidade.

Como uma análise integral das alterações físicas empreitadas por Pereira Passos foge ao escopo deste trabalho, se faz importante, contudo, destacar suas implicações. Segundo Abreu, a Reforma Passos foi importante em três aspectos principalmente:

“Em primeiro lugar, ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade” (Abreu, 2010, p.63).

³⁴ Abreu, 2010, p.49.

³⁵ Ibid, p.60.

O terceiro aspecto destacado pelo autor talvez seja o de maior importância para a presente monografia:

“Finalmente, o período Passos também se constituiu em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela” (Abreu, 2010, p.66).

A favela tornou-se a única opção para muitos moradores pobres dos cortiços que não podiam se distanciar do local de trabalho. O autor também destaca que a população das favelas não parava de crescer, mas isso não ocorria somente por conta da chegada de número cada vez maior de ex-moradores dos cortiços, mas também pelo fato de que a cidade sempre se apresentou como polo de atração de gente, tanto pelo seu desenvolvimento industrial quanto pelas oportunidades de emprego na construção civil³⁶.

II. Origem e evolução das favelas

A forma de habitação popular que marcaria profundamente a imagem do século passado, como destacado por Abreu, remonta já ao século XIX. Datam de 1881 três favelas: Quinta do Caju, Mangueira – que não corresponde à atual – e Serra Morena (Valladares, 2000, p.7). Há, no entanto, segundo Valladares, uma em especial que entrou para a história.

O Morro da Providência, além de habitado pelos moradores expropriados do cortiço Cabeça de Corpo, passou a incorporar também ex-combatentes da Guerra de Canudos, que ali se instalaram “para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos” (Valladares, 2000, p.7). Desde sua fundação, portanto, não há homogeneidade nem em relação à origem de seus habitantes nem à razão pela qual ali se instalaram.

Após a chegada dos ex-combatentes, o morro mudou de nome, denominando-se agora Morro da Favella. De acordo com Valladares³⁷, há duas explicações para tal. Em primeiro lugar, existia nesta área a mesma vegetação encontrada no morro da Favella do Município de Monte Santo, na Bahia. Por outro lado, havia o papel representado pelo morro nesta guerra, “cuja feroz resistência retardou o avanço final do exército da República sobre o arraial de

³⁶ Abreu, 2010, p.66.

³⁷ Valladares, 2000, p.9.

Canudos”. Dessa forma, “a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador” (Valladares, 2000, p.9). O antigo Morro da Providência passou, então, a concentrar todas as atenções e a despertar a iniciativa das autoridades, como destaca Valladares (2000, p.8).

Figura 3 e Figura 4: Os primeiros barracos e moradores do Morro da Favella



Fonte: off-road.student.utwente.nl/Johan/rio/br/rio/historia-xix.htm. Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

Outro morro que possui origem semelhante ao anterior, segundo Valladares³⁸, foi o de Santo Antônio. Ali se instalaram praças de outro batalhão que também retornavam da Guerra de Canudos. Eles se instalaram e construíram seus barracos, com autorização dos chefes militares, “em morro situado nos fundos do quartel, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio” (Valladares, 2000, p.7). Dessa forma, a favela não surgiu por invasão, mas por permissão dada para que os ex-combatentes ali se instalassem.

Figura 5: Morro de Santo Antônio



Fonte: Arquivo nacional³⁹

³⁸ Valladares, 2000, p.7.

³⁹ Disponível em: vivarocinha.org/portal/favelas-cariocas-cidade-e-os-morros/. Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

Apenas na segunda década do século XX, no entanto, a imprensa passa a utilizar o termo favela para “designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas” (Valladares, 2000, p.7); e não mais se referindo exclusivamente ao Morro da Favella. Data da mesma época, segundo Valladares⁴⁰, a transformação das favelas em problema. Jornalistas, engenheiros e médicos partilhavam de uma “imagem padrão” sobre o novo fenômeno e não economizavam esforços no sentido de, assim como ocorrido com os cortiços, livrar a cidade desse “mal”.

Representante árduo dessa visão, de acordo com a autora, seria o rotariano Mattos Pimenta, que, em 1926, afirmava:

“... é mister que se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das ‘favellas’ – lepra da esthetica, que surge ali no morro, entre a estrada de ferro Central do Brasil e Avenida do Caes do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi pródiga de beleza” (*apud* Nóbrega Jr., 2007, p.24).

A “lepra da estética”, destacada por Pimenta, não se resumiu ao seu discurso, fazendo parte de uma campanha muito mais abrangente contra as favelas, que ganhou força e foi conduzida com sucesso nos anos seguintes, tendo inclusive, segundo Valladares, influência explícita no Plano de Remodelação que viria a ser desenvolvido em seguida.

II.1 Plano Agache

Muitas foram as propostas que tentaram resolver o problema das favelas. Apesar de uma análise integral de todas elas também fugir ao escopo deste trabalho, se faz interessante destacar alguns dos mais importantes acontecimentos.

O urbanista francês Alfred Agache, que chegou ao Rio pela primeira vez em 1927 (Valladares, 2000, p.16), foi convidado para elaborar o Plano de Remodelação da Cidade do Rio de Janeiro. E as favelas não passaram despercebidas. São por ele assim definidas:

“Construída contra todos os preceitos da hygiene, sem canalisações d’água, sem exgottos, sem serviço de limpeza publica, sem ordem, com material heteróclito, as favellas constituem um perigo permanente d’incendio e infecções epidemicas para todos os bairros

⁴⁰ Valladares, 2000, p.12.

atravez dos quaes se infiltram. A sua *lepra* suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corroe até as margens da matta na encosta das serras” (*apud* Valladares, 2000, p.17).

Nesse sentido, como afirma Valladares⁴¹, Agache acabou por endossar a noção das favelas como um sério problema, sugerindo que fossem construídas habitações adequadas, simples e econômicas para sua população, que deveriam ser erguidas de acordo com as normas de higiene e regulações das autoridades.

O urbanista, contudo, segundo Valladares, é “um dos primeiros a perceber que elementos exteriores à pobreza também atuavam como explicativos da ida para a favela, assim como os trâmites burocráticos vinculados à atividade de construção e a própria atitude dos poderes públicos e da administração municipal *vis-à-vis* a habitação popular e os pobres” (p.18).

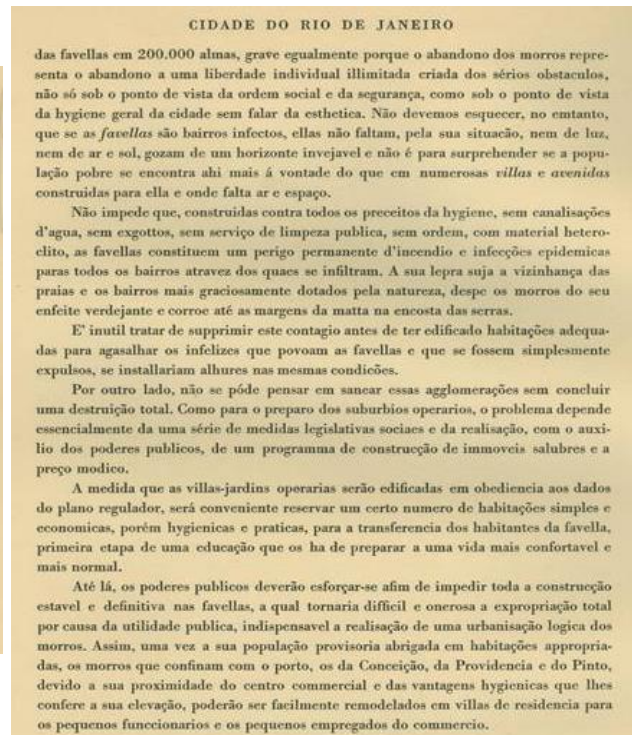
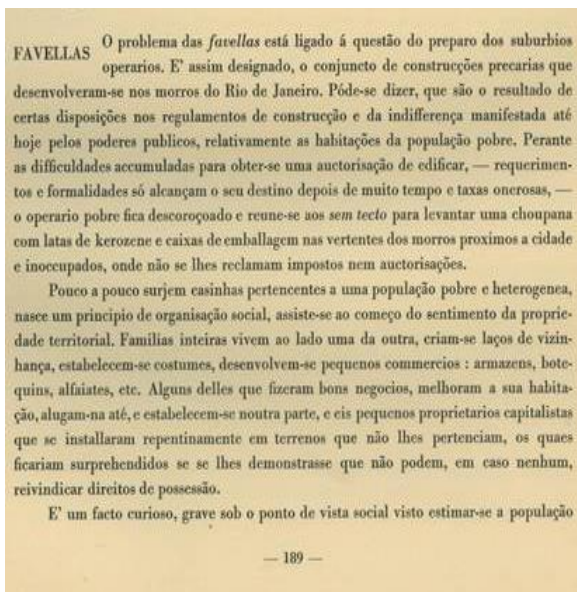
Agache parece ter percebido, também, que a população era diversificada:

“Pouco a pouco surjem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogenea, nasce um princípio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento de propriedade territorial. Famílias inteiras vivem ao lado uma da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos commercios: armazéns, botequins, alfaiates, etc” (*apud* Valladares, 2000, p.18).

Mesmo que reconhecesse a existência de elementos exteriores à pobreza como explicação para ida às favelas e a heterogeneidade de seus habitantes, Agache defendia a remoção completa das mesmas e a transferência de seus moradores para as recém-construídas vilas, temendo que “se fossem simplesmente expulsos, se installariam alhures nas mesmas condições” (Agache *apud* Valladares, 2000, p.18). O plano propriamente dito, no entanto, “jamais foi implantado” (Abreu, 2010, p.86).

⁴¹ Valladares, 2000, p.18.

Figura 6: Um dos trechos do Plano Agache que trata sobre as favelas



Fonte: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReaderNet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano&pesq=>. Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

O urbanista francês também propôs a criação de um super *boulevard*, que conectaria a Praça da Bandeira com o porto e cruzaria a área mais densa do centro (Moreira, 2007, p.102). Tal proposta veio a se materializar na construção da Avenida Presidente Vargas nos anos 40, durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth.

Lima atribui ao caráter intervencionista do Estado Novo a possibilidade de execução da “drástica cirurgia nos moldes de um urbanismo monumental” (1990, p.33). Isso porque, segundo a autora, não foi considerada a alma da cidade, repleta de tradições: “Inúmeras demolições foram necessárias: as igrejas de São Pedro dos Clérigos, de São Domingos, do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Conceição. Além das edificações civis constituídas pelo Paço da Prefeitura e pela Escola Benjamin Constant. Foram demolidas também as instalações de um asilo de velhos, do hospital ao lado da igreja do Bom Jesus do Calvário e 958 prédios residenciais e comerciais que estavam no caminho a ser aberto” (Lima, 1990, p.38).

Um dos espaços mais importantes para a história cultural do país, a Praça XI, cenário do samba, também foi vítima do processo de higienização da área central da cidade. Fora destruído um espaço responsável pela circulação cultural; um local que, nos anos 1920, “funcionava como uma espécie de *ponto de convergência* de todo o mundo do samba durante

o carnaval” (Fenerick *apud* Solis, 2013, p.50). A destruição da Praça Onze de Junho, como consequência da construção da nova avenida, suscitou uma grande preocupação no mundo do samba⁴², sendo esta percebida nos versos de Herivelto Martins e Grande Otelo (1941):

“Vão acabar com a Praça Onze
Não vai haver mais escola de samba, não vai
Chora tamborim,
Chora o morro inteiro
Favela, Salgueiro, Mangueira, Estação Primeira
Guardai os vossos pandeiros, guardai
Porque a escola de samba não sai”⁴³.



Figura 7: Planta Geral da Avenida Presidente Vargas
Fonte: Memória da Destruição, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002

A questão das remoções continuou tendo peso na atuação do poder público em relação às favelas nas décadas de 60 e 70. O primeiro Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, iniciou luta ferrenha contra as favelas. De acordo com Martins (2014, p.5), partia-se do princípio de que as favelas não eram lugares dignos e que a realização de melhorias não seria suficiente para resolver o problema. A solução seria, então, sua remoção e a construção de bairros operários. Durante o período da administração Lacerda, 27 favelas foram destruídas, transferindo 41.958 pessoas (Valladares, 1978 *apud* Soares Gonçalves, 2006, p.6) para conjuntos localizados na Zona Oeste, como a Vila Kennedy e Vila Aliança, ou Cidade de Deus.

Figura 8: Vila Kennedy em 1963



Fonte: www.rioonwatch.org/?p=5295. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

⁴² Solis, 2013, p.43.

⁴³ Versos da canção “Praça Onze”. Disponível em: letras.mus.br/herivelto-martins/386766. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

Foi no Governo Negrão de Lima, sucessor de Lacerda, no entanto, já no período posterior ao Golpe de 64, que ocorreram as maiores (e mais violentas) remoções de favelas da história da cidade (Bandeira de Mello, 2014, p.80). Foram removidas cerca de 70 mil pessoas. A tabela 1 exibe dados detalhados das remoções nas décadas de 60 e 70.

Tabela 1: Panorama das remoções das décadas de 60 e 70

Governo	Favelas atingidas	Barracos removidos	Habitantes removidos
Carlos Lacerda	27	8.078	41.958
Negrão de Lima (1966 a 1967)	?	?	6.685
Negrão de Lima (1968 a 1971)	33	12.782	63.910
Chagas Freitas	20	5.333	26.665
Total	80	26.193	139.218

Fonte: Bandeira de Mello, 2014, p.149 (termos utilizados pelo autor).

Com o objetivo de “dinamizar a economia e garantir o apoio político da massa desabrigada” (Medeiros, 2010, p.1), foi criado em 1964 o BNH, órgão que financiaria as novas habitações das populações de renda mais baixa que foram removidas. Contudo, como também objetivava a dinamização da economia e possuía uma “ótica empresarial”, acabou por alijar as camadas de baixa renda (Azevedo, 1988, p.115).

Segundo Cardoso, “ao priorizar o financiamento para as camadas de mais alta renda, que se configuravam como demanda efetiva e que atraíam a preferência dos setores empresariais ligados à área, a atuação do Banco conseguiu de fato produzir um novo *boom* imobiliário, gerando efeitos multiplicadores relevantes” (2010, p.2). Por outro lado, de acordo com Azevedo (1988, p.115), apesar dos subsídios oriundos dos programas populares, a situação das famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos era tão precária que não suportava a contrapartida exigida dos mutuários. A favelização e o crescimento das periferias são apontados, inclusive, como consequência da ineficácia do BNH no cumprimento de seus objetivos (Cardoso, 2010, p.2).

A remoção das favelas, apesar de realizada em grande escala, como se pode perceber, não ocorreu como fora planejada. Ao contrário, sua população foi cada vez mais incrementada. Isto se deu pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro ter sempre possuído, segundo Nascimento Silva, “potencial de atração de pobres em busca de melhores condições de vida e possibilidades de mobilidade vertical” (2010, p.69).

Ao chegarem à cidade, contudo, estes se depararam com uma “nova crise habitacional”, que foi agravada pela “total falta de investimentos públicos em moradias para a

população pobre da cidade” (Nóbrega Jr., 2007, p.30). As favelas presenciaram, a partir de então, aumento considerável “tanto em termos de ocupação de novas áreas quanto em crescimento interno”⁴⁴.

Apesar de os primeiros estudos acadêmicos sobre as favelas, segundo Valladares (*apud* Nóbrega Jr., 2007, p.29), demonstrarem que seus habitantes seriam provenientes do próprio estado do Rio de Janeiro, esse fato começou a mudar na década de 50 quando as levas de migrantes do Norte e Nordeste do Brasil passaram a chegar à cidade em busca de melhores oportunidades. Muitos destes nordestinos que integraram o êxodo rural, por sua vez, se instalaram na Rocinha, o que lhe rendeu até mesmo o título de “capital do Nordeste no Rio de Janeiro” segundo as palavras de uma diretora da UPMMR (Leitão *apud* Klintowitz, 2008, p.87).

III. Rocinha

Antes de se tornar a capital carioca do Nordeste, contudo, a Rocinha foi palco de muitas histórias e abrigo para diversos grupos. Até meados da década de 20, segundo Klintowitz⁴⁵, a cidade ainda estava muito concentrada entre o início da Zona Sul e o Centro, tornando a área onde hoje se encontra a Rocinha de certa forma periférica. Entre o morro Dois Irmãos e a Floresta da Tijuca, como afirma Caldas (2011, p.16), havia uma imensa fazenda denominada Fazenda Quebra Cangalha, que, entre 1927 e 1930, com a intensificação da ocupação dos territórios mais próximos ao mar, foi dividida pela Companhia Castro Guidon em lotes de 270m², destinados a pessoas de baixa renda (Klintowitz, 2008, p.82).

Segundo Klintowitz⁴⁶, os primeiros ocupantes dos lotes foram, em sua maioria, imigrantes estrangeiros e operários de indústrias instaladas nas proximidades da atual Rocinha, principalmente Gávea e Jardim Botânico, contando também com famílias que faziam parte do êxodo rural resultante da crise do café da década de 1930. No lugar de engenhos de açúcar, havia, agora, pequenas plantações cultivadas pelas pessoas que passaram a depender da venda de suas frutas, legumes e verduras nas feiras livres da Zona Sul do Rio de Janeiro (Enapur, 2009, p.8).

É interessante salientar que o próprio nome “Rocinha” pode ter sua origem relacionada a tais plantações, uma vez que, quando perguntados sobre a procedência das hortaliças, os

⁴⁴ Nóbrega Jr., 2007, p.30.

⁴⁵ Klintowitz, 2008, p.82.

⁴⁶ Klintowitz, 2008, p.82.

vendedores respondiam que tudo vinha de uma “rocinha que ficava ali no Alto Gávea”. Ao mesmo tempo, há a versão de que no mesmo morro morava uma “russinha”, de pele muito alva e cabelos loiros; bastante conhecida entre a população. As pessoas, portanto, comentavam que aquele era o local de moradia da “russinha”⁴⁷.

No início da década de 30, a Rocinha ainda era desprovida de infraestrutura urbana e era de difícil acesso (Klintowitz, 2008, p.83). De acordo com Klintowitz⁴⁸, apenas em 1935 foi instalada, na Estrada da Gávea, principal via da favela, uma rede de energia elétrica, acontecimento que favoreceu a venda dos lotes que ainda restavam. Neste mesmo período, contudo, mesmo com 80 lotes já vendidos, o loteamento não conseguiu sua regularização, pois não seguia as regras urbanísticas vigentes. E, em 1937, como afirma a autora, a companhia Castro Guidon, responsável pelo loteamento, decretou falência. O loteamento foi, então, abandonado e o processo de favelização iniciado.

A Rocinha, portanto, não foi fruto de invasão de terras de terceiros, mas de ocupação de uma terra desprezada, uma vez que nem os compradores dos lotes iniciais receberam suas escrituras definitivas nem sua posse foi questionada (Andrade *apud* Klintowitz, 2008, p.84). Fato que difere seu surgimento daquele defendido pelo senso comum, que homogeneíza todas as formas de ocupação como tendo sido resultado de invasões. É diferente até mesmo do tipo de ocupação que se deu nas primeiras favelas – Morro da Providência e Santo Antônio.

A área tornou-se, então, lugar perfeito para ocupação de uma população carente, recém-chegada à cidade (Leitão *apud* Klintowitz, 2008, p.84). Houve ainda boatos, segundo Klintowitz⁴⁹, de que havia “terras do Governo” disponíveis para serem ocupadas sem a necessidade de apresentação de títulos de propriedade; o que contribuiu para a intensificação de sua ocupação.

Ainda na década de 30, como afirma Klintowitz⁵⁰, apesar de já possuir energia elétrica, a Rocinha tinha aspecto rural, era dispersa e constituída por casas de madeira e taipa. Apenas em 1938, segundo a autora, a Estrada da Gávea – que corta a Rocinha de uma ponta a outra – foi pavimentada; fato que acabou por contribuir para a atração de cada vez mais moradores.

⁴⁷ Enapur, 2009, p.8.

⁴⁸ Klintowitz, op. cit. p.83.

⁴⁹ Klintowitz, 2008, p.85.

⁵⁰ Klintowitz, loc. cit.

O crescimento da população observado no local entre o final a década de 30 e nos anos 40, de acordo com Klintowitz⁵¹, integrou uma expansão global de todo o tecido urbano da cidade, tendo sido a década de 40 também “o período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro” (Abreu, 2010, p.106). Até o início da década de 40, contudo, os moradores da Rocinha concentravam-se em apenas três áreas: “no sopé do morro, em uma faixa ao longo da Estrada da Gávea e nos lotes situados na primeira rua da comunidade, o Caminho dos Boiadeiros”⁵².

Segundo Klintowitz⁵³, por volta de 1950 a cidade como um todo passou a receber grandes levas de migrantes nordestinos, que chegavam em busca de melhores condições de vida e de trabalho. No entanto, o descaso do governo em relação às habitações para os recém-chegados criou uma nova crise habitacional (Nóbrega Jr., 2007, p.30), tornando as favelas a única opção para aqueles que não tinham condições de pagar pelas casas formais, mas que ao mesmo tempo não podiam morar longe de seus trabalhos.

Por conta de tal aumento populacional, a Rocinha presenciou grande expansão territorial, sendo a maior parte da nova população proveniente do êxodo rural. Na mesma época, essa área “já se caracterizava como um dos grandes núcleos de moradores nordestinos na cidade” (Klintowitz, 2008, p.87). Além de presenciar um crescimento de cerca de 200% na década de 60 (Pereira da Silva, 2005 *apud* Nóbrega Jr., 2007, p.30).

Ainda de acordo com Klintowitz⁵⁴, entre o final da década de 60 e o início dos anos 70, a cidade do Rio de Janeiro iniciou sua expansão em direção à Barra da Tijuca, com a construção do Túnel Dois Irmãos e da Autoestrada Lagoa-Barra, facilitando o acesso à Rocinha e, conseqüentemente, atraindo cada vez mais moradores. Nesse mesmo período, era possível perceber acelerada melhoria nos tipos de habitação encontrados na favela.

Tal processo, contudo, foi interrompido durante o governo Carlos Lacerda (1960-65). Segundo Klintowitz⁵⁵, a política de remoção foi intensificada com o Golpe Militar de 64 e a Rocinha acabou sofrendo três remoções parciais: 1968, 1971 e 1975.

⁵¹ Ibid, p.86.

⁵² Klintowitz, loc. cit.

⁵³ Ibid, p.87.

⁵⁴ Klintowitz, 2008, p.90.

⁵⁵ Ibid, p.89.

A política de remoção permaneceu na cidade até a década de 70, e, como afirma a autora⁵⁶, reduziu absurdamente a oferta de moradias para as classes mais baixas e elevou o número de moradores das favelas remanescentes, como é o caso da Rocinha.

Acompanhando a elevação de sua população nos anos 70, Klintowitz (2008, p.92) sustenta que diversos serviços foram sendo instituídos e a Rocinha iniciou a construção de uma infraestrutura própria, que contribuiu para a nova organização sócio-espacial do território. No final da década, segundo a autora, a defasagem de serviços entre diferentes setores começou a produzir valorização de algumas áreas em detrimento de outras, consolidando definitivamente a heterogeneidade interna à favela.

Nos anos 80, de acordo com Klintowitz⁵⁷, já era possível observar a diferenciação socioeconômica entre as partes mais altas e mais baixas:

“na parte de baixo, estão os moradores mais antigos, morando em casas de alvenaria e com melhor infraestrutura e serviços urbanos, se beneficiando, ainda, da proximidade e facilidade de acesso a outros bairros da cidade; no alto do morro estão os moradores mais recentes, que moram, na sua maioria, em barracos de madeira, sem infraestrutura e com difícil acessibilidade” (Drummond, 1981 *apud* Klintowitz, 2008, p.93).

Nessa época, portanto, segundo Klintowitz (2008, p.94), houve melhoria nas condições de vida de parte da população, assim como uma sofisticação em termos da construção de habitações, uma vez que já podiam ser encontrados prédios erguidos com materiais convencionais da construção civil.

Em 1986 a Rocinha foi transformada em bairro por Saturnino Braga – prefeito da cidade do Rio em exercício – através do Decreto nº 6011 de 04 de agosto. No entanto, a delimitação de sua área foi regulamentada somente em 1993, pelo então prefeito Cesar Maia e aprovada através de lei apenas dois anos depois (Figura 9). O território da Rocinha constitui, hoje, a XXVII Região Administrativa do Município⁵⁸. Apesar de ser oficialmente um dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, sua configuração física pouco mudou. Até hoje possui inúmeras características de favela, como a falta de saneamento básico e luz regularizada; o que a distancia – e muito – de bairros nobres que se localizam em suas proximidades, como Gávea, São Conrado e Jardim Botânico.

⁵⁶ Ibid, p.90.

⁵⁷ Ibid, p.93.

⁵⁸ Klintowitz, 2008, p.94.

Figura 9: Mapa de Localização da Rocinha



Fonte: Google Earth

De acordo com Klintowitz⁵⁹, os anos 90 presenciaram nova expansão do território em direção à Floresta da Tijuca e o processo de verticalização, com o acréscimo de novos pavimentos às construções já existentes ou até mesmo a construção de prédios modernos de alvenaria. A verticalização passou a ser uma das únicas alternativas de expansão das habitações e em muitas regiões pode até mesmo ser encontrado maior número de edificações verticais que horizontais.

Apesar do crescimento vertical, que poderia aproximar o visual da Rocinha aos de seus bairros vizinhos, uma mesma construção muitas vezes é gerenciada por pessoas diferentes, o que pode imprimir a um único prédio, por exemplo, andares com fachadas completamente distintas. Dessa forma, mesmo sob posse de status de bairro, a Rocinha possui não só as irregularidades sanitárias ou de energia elétrica características às favelas, como também a forma pela qual as favelas são reconhecidas e percebidas por quem passa.

⁵⁹ Klintowitz, loc. cit.

CAPÍTULO III – A HETEROGENEIDADE INTERNA À ROCINHA

O capítulo a seguir será dividido em duas seções e tem como objetivo apresentar as principais características da Rocinha segundo os dados disponíveis. Na primeira seção, serão apresentadas as características gerais da Rocinha de acordo com os dados do IBGE, no que se refere à população, educação, habitação, estrutura espacial e renda; serão utilizadas, também, informações provenientes do IPP (2014) e SEBRAE (2011). A última seção, por seu turno, discorrerá sobre algumas das principais características que constituem a heterogeneidade interna ao local. No capítulo, serão também mobilizados Rawet (2014); Klintowitz (2008); Valladares (2010) e Lopes (2009).

I. Caracterização Geral

Muitas são as dificuldades encontradas na caracterização de uma favela. O trabalho se torna ainda mais árduo quando se trata da Rocinha, uma vez que este é um local de grandes dimensões e elevada complexidade. Apesar de a definição do IBGE de *aglomerados subnormais* não ser suficiente para dar conta do objeto, como explicitado no primeiro capítulo, os dados da instituição são os oficiais e aqueles utilizados em políticas públicas e projetos. Portanto, serão estes a principal base para o presente capítulo. Em adição, não obstante a insuficiência de dados empíricos para o estudo da Rocinha, foi possível realizar uma aproximação à realidade – apesar de um estudo mais aprofundado necessitar de dados mais abrangentes que de fato representem a localidade.

I.1 População

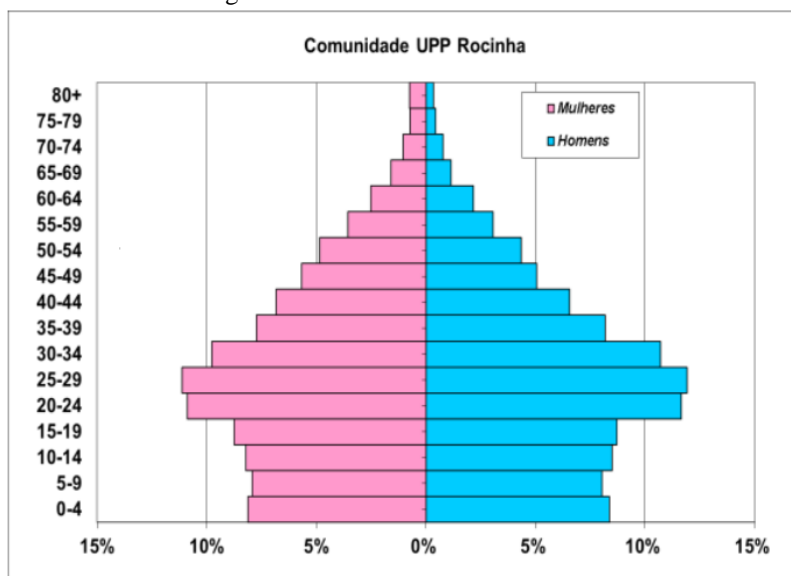
A Rocinha é conhecida como a maior favela da América Latina (Rawet, 2014, p.73). Os dados referentes à sua população, no entanto, são bastante controversos. Segundo o IBGE, por exemplo, no censo de 2010, sua população era de 69.156 pessoas, o que correspondia a 1,09% do total da cidade (SEBRAE, 2011, p.4). Os moradores, por outro lado, contestam tal número. Conforme afirma Rawet: “Segundo Leonardo Rodrigues Lima, presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), os habitantes da Rocinha estão entre 180 e 220 mil pessoas”⁶⁰. Tal diferença, segundo o autor, surge do fato

⁶⁰ Rawet, 2014, p.73.

de existirem regiões de difícil acesso, além do tamanho e da complexidade do local mapeado. Com isso, parte da população não é incluída nos dados oficiais.

Ainda segundo o IBGE, a divisão por sexo destacava que a quantidade de homens e mulheres era praticamente a mesma, sendo 34.125 (49,35%) homens e 35.036 (50,65%) mulheres. Em relação à faixa etária, em adição, percebia-se predominância de jovens entre 0 e 29 anos, que representavam 57% da população, aproximadamente 39.000 pessoas (IPP, 2014, p.5). Enquanto os idosos correspondiam a apenas 3% da população, cerca de 2.000 pessoas. Para melhor ilustrar a distribuição etária da Rocinha, segue pirâmide etária baseada nos dados do Censo 2010 e elaborada pelo IPP:

Figura 10: Pirâmide Etária da Rocinha



Fonte: IPP, 2014, p.6

Como comparação, a população de 0 a 29 anos em São Conrado, bairro de classe média alta vizinho à Rocinha, correspondia a 44% da população. Enquanto os idosos correspondiam a aproximadamente 12%.

I.2 Educação

Apesar de se tratar de uma população extremamente jovem, como pode ser observado acima, a quantidade de jovens na escola não era, no entanto, expressiva. Segundo o IBGE, apenas 24.369 frequentavam creche ou escola, sendo 2.777 alunos da rede privada (11%) e 21.592 (89%), da rede pública. No entanto, o número se tornava ainda mais intrigante se analisadas as crianças entre 0 e 14 anos: de 17.092 pessoas (25% da população⁶¹), apenas 13.189 frequentavam creche ou escola. Logo, segundo os dados do Censo, cerca de 4.000

⁶¹ IPP, 2014, p.5.

crianças daquele intervalo de idade estavam fora da escola/creche – o número se torna ainda maior quando consideradas aquelas entre 15 e 17 anos, idade ideal para se cursar o Ensino Médio segundo o MEC⁶². Estas não foram, porém, aqui incluídas, pois a divisão dos residentes apresentada pelo IBGE fornece apenas a faixa entre 15 e 29 anos, não fazendo distinção, portanto, daqueles entre 15 e 17 anos.

Outro número surpreendente em relação à educação da população moradora da Rocinha é aquele que representa a quantidade de pessoas que nunca frequentou escola ou creche: 6.939 moradores, o que correspondia a cerca de 10% da população.

Quando o foco passa a ser o Ensino Superior, por outro lado, percebe-se que, apesar de o número ainda ser muito baixo, há uma nova classe universitária que surge em meio as adversidades. Segundo o Censo de 2010, 796 residentes estavam na Universidade. De certo estes representavam uma pequena minoria em relação à população total. Eles constituíam, contudo, um grupo heterogêneo (Valladares, 2010, p.167). Valladares afirma que os universitários diferem quanto às Universidades que cursam/cursaram, quanto às áreas de conhecimento que abraçam e quanto aos empregos e trabalhos que desenvolvem. Há, no entanto, um ponto em comum entre essas pessoas: o desejo de “ser alguém”, de “sobressair em meio a uma multidão de iguais” seria uma das principais motivações desse grupo, segundo a autora⁶³.

Ao considerar Gávea e Jardim Botânico, como contraposição, bairros de classe média alta que se localizam do lado oposto à São Conrado, mas que também são próximos à Rocinha, segundo o IBGE, de 34.012 habitantes (16.003 da Gávea e 18.009 do Jardim Botânico), 10.233 pessoas frequentavam escola ou creche, com 7.082 alunos da rede privada (69%) e 3.151 da rede pública (31%). Em adição, 4.187 habitantes frequentavam a graduação ou a pós-graduação (12% da população), enquanto na Rocinha esse número representava apenas 1% da população total⁶⁴.

⁶² Dado disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/apresentacoes/expansao_e_consolidacao1.pdf. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

⁶³ Valladares, 2010, p.168.

⁶⁴ Dados disponíveis em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html>.

I.3 Habitação e Localidades

No que tange à habitação, havia, segundo o Censo de 2010, 23.347 domicílios, o que sugere que existiam, aproximadamente, 3,0 habitantes por domicílio, considerando uma população de 69.156 pessoas. Estas viviam numa área que media em torno de 86 ha. Portanto, a densidade demográfica era de 800,4 hab/ha (IPP, 2014, p.4). Em nível de comparação, o bairro de São Conrado, vizinho à Rocinha, era constituído, segundo dados do Censo 2010, por 10.980 habitantes numa área de 162,14 ha. Possuía, assim, densidade demográfica de aproximadamente 68 hab/ha.

Os domicílios construídos na Rocinha, por sua vez, tiveram grande importância na construção espacial do local, pois:

“Apesar de o loteamento original ter demarcado um traçado inicial, grande parte das ruas e travessas que compõem o sistema viário atual foram determinadas pelas próprias edificações e não o contrário, como acontece nos loteamentos formais. São as casas que ao irem se justapondo determinam o traçado das ruas, tanto das que servem apenas ao acesso às casas, como as de trânsito mais intenso. Assim, o arruamento existente é sinuoso, com alargamentos e estreitamentos, com becos sem saída, que às vezes terminam em um largo ou numa minúscula praça, escondida no interior da favela. As ruas do loteamento original também foram, pouco a pouco, sendo modificadas pelas edificações que ao serem construídas e ampliadas foram invadindo e transformando o espaço delimitado para a rua” (Klintowitz, 2008, p.76).

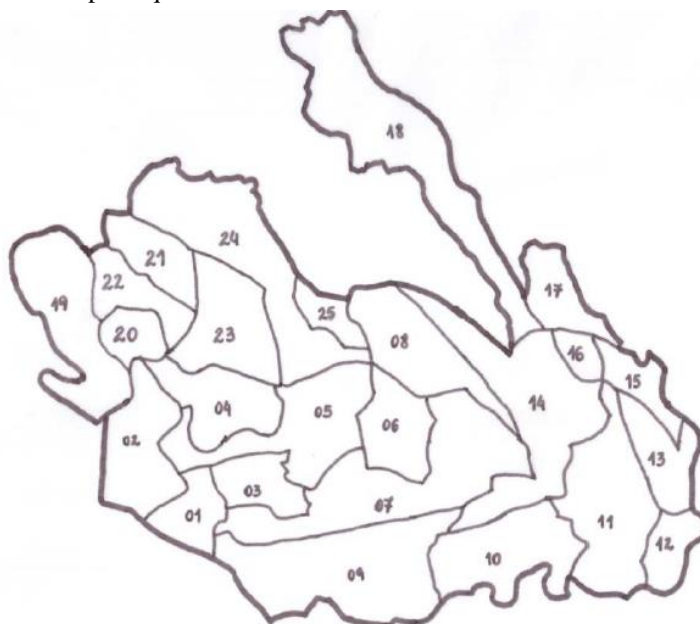
Tal processo pode ser mais bem exemplificado pela fala de um morador destacada por Leitão:

“É uma favela que tem vários bairrozinhos dentro dela. É aquele espírito carioca. Vão surgindo novas áreas e os próprios moradores vão batizando, vão lhes dando um nomezinho. Por exemplo, o largo da Rua 1, Faz Depressa, que tem esse nome porque, naquele tempo, o morador que fazia barraco era muito perseguido pela ação da polícia. Naquele faz não faz, pode não pode, de uma hora para outra surgia um barraco, e daí o nome Faz Depressa. Depois chegava a polícia e pronto. Já estava morando no barraco” (*apud* Klintowitz, 2008, p.112).

Como destacado por Klintowitz, o lote inicial foi pouco a pouco sendo alterado até que fossem formadas as localidades encontradas hoje. Estas podem ser observadas no mapa esquemático a seguir.

Figura 11: Mapa Esquemático da Rocinha

01	Largo do Boiadeiro
02	Bairro Barcelos
03	Campo Esperança
04	Cidade Nova
05	Rua 4
06	Rua 3
07	Rua 2
08	Portão Vermelho
09	Morro da Roupas Suja
10	Macega
11	Terreirão
12	Capado
13	Faz Depressa
14	Rua 1
15	Setor 199
16	Vila Vermelha
17	Vila Cruzado
18	Vila Laboriaux
19	Vila Verde
20	Curva do "S"
21	Cachoupa
22	Cachoupinha
23	Pastor Almir
24	Dionésia
25	Vila União



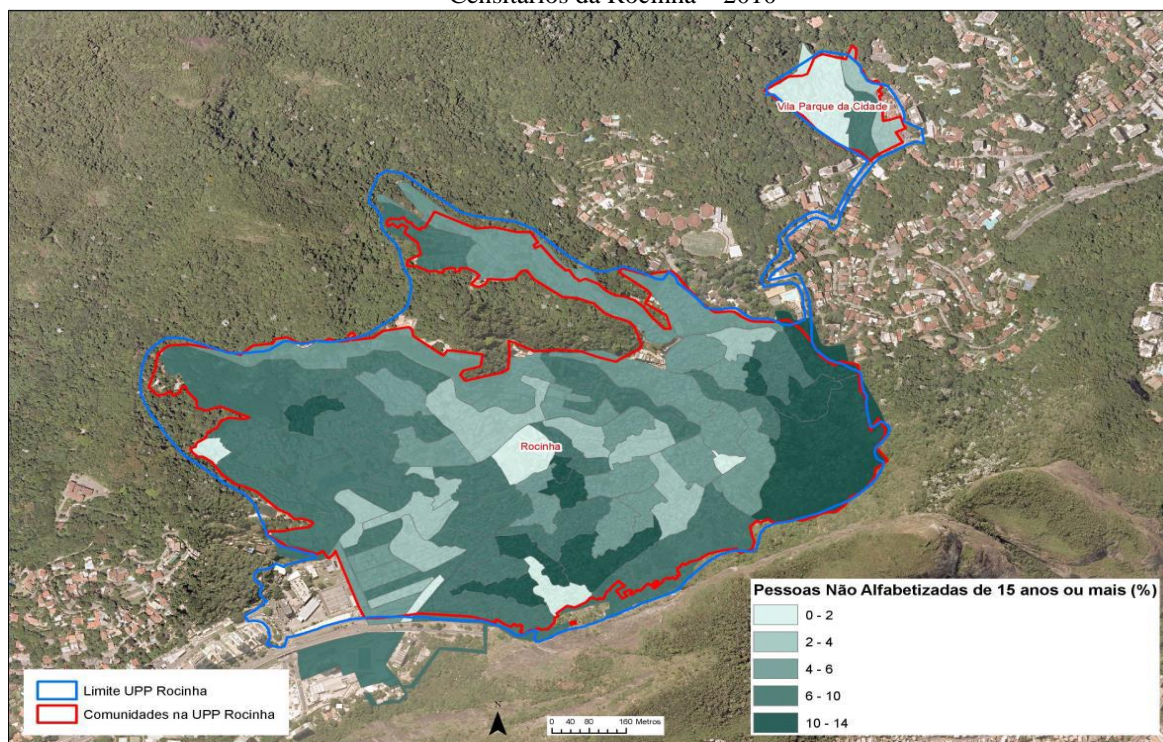
Escala Aproximada: 1:500
 Fonte: Ximenes Aragão, 2011, p.60.

Dentre tantas localidades há expressiva heterogeneidade. No sentido morfológico, por exemplo, como destacado por Klintowitz, o Bairro Barcelos (localidade 02) é composto por prédios de 6 e 7 pavimentos enquanto ainda há precários barracos de madeira na Macega (localidade 10), Roupas Suja (09) e Portão Vermelho (08). “Entre estes dois extremos há, ainda, uma enorme diversidade de construções, tipologias habitacionais, formas, cores, texturas e gabaritos” (Klitowitz, 2008, p.96).

1.4 Escolaridade e Renda

As diferenças entre as localidades não são percebidas apenas em relação às habitações. Quando se trata do nível de escolaridade, por exemplo, algumas dessas localidades se destacam em detrimento de outras ao possuírem menores níveis de analfabetismo. Focando a análise nos moradores maiores de 15 anos – uma vez que este é o dado fornecido pelo IBGE/IPP (IPP, 2014, p.17) -, 3.503 pessoas não eram alfabetizadas, número que representava 6,7% do total da população maior de 15 anos. Ao dividi-las por setor, como realizado pelo IPP, tem-se:

Figura 12: Percentual de Pessoas com 15 ou mais anos de idade Não-Alfabetizadas segundo os Setores Censitários da Rocinha – 2010

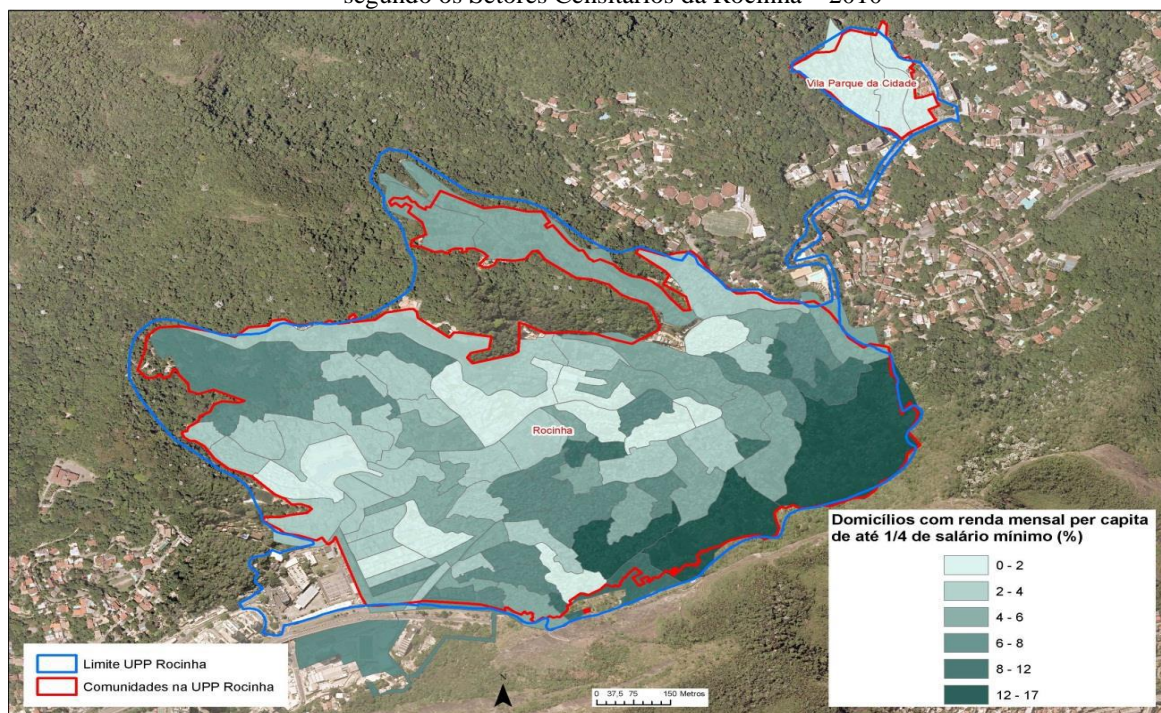


Fonte: IPP, 2014, pág.7

Ao comparar a imagem acima com o mapa esquemático apresentado anteriormente, pode-se concluir que, majoritariamente, as localidades que apresentavam maiores níveis de analfabetismo (de 6 a 14% da população maior de 15 anos não era alfabetizada) eram o Setor 199 (15), Faz Depressa (13), Macega (10), Terrerão (11) e Capado (12). Por outro lado, as localidades Bairro Barcelos (02), Cidade Nova (04), Rua 04 (05) e Curva do S (20), apresentavam os menores níveis de analfabetismo – até 6% da população era analfabeta.

Como complemento, quando a análise se direciona ao nível de renda, percebe-se que as regiões que apresentavam maior nível de analfabetismo eram praticamente as mesmas em que parte expressiva dos domicílios com renda per capita mensal declarada recebia até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, como observado no mapa a seguir elaborado pelo IPP:

Figura 13: Percentual de Domicílios Particulares com Renda Mensal declarada: RDPC até ¼ de Salário Mínimo segundo os Setores Censitários da Rocinha – 2010



Fonte: IPP, 2014, pág.20

Dessa forma, de 12 a 17% dos domicílios com renda declarada do Setor 199 (15), Faz Depressa (13), Macega (10) Terrorão (11) e Capado (12), entre outras localidades, possuíam renda per capita de até ¼ de salário mínimo – considerando o salário mínimo de R\$ 510,00⁶⁵, isto significava uma renda mensal de até R\$127,50. O menor número de domicílios nessa situação, por outro lado, encontrava-se, em sua grande maioria, nas áreas com menor índice de analfabetismo, como era o caso do Bairro Barcelos (02), Cidade Nova (04), Rua 04 (05) e Curva do S (20), que possuíam menos de 6% de seus domicílios com renda mensal per capita de até R\$127,50. Pode-se concluir, portanto, que, internamente, havia evidente relação entre níveis de escolaridade e renda.

Como pode ser percebido pelos mapas anteriormente apresentados, havia imensa heterogeneidade em relação à renda dos moradores da Rocinha. Seus habitantes podiam até mesmo ser divididos em classes sociais, tendo sido possível encontrar desde famílias com renda mensal de R\$400,00, que pertenciam à classe E até mesmo famílias com renda de R\$14.400,00, que pertenciam à classe A1 (SEBRAE, 2011, p.9). A classe predominante era, no entanto, segundo o SEBRAE, a C1, na qual a renda familiar mensal era de R\$1.400,00.

⁶⁵ Salário referente ao ano de 2010. Dado disponível em: www.portalbrasil.net/salariominimo_2010.htm. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

Em nível de comparação, Gávea e Jardim Botânico possuíam parte expressiva de suas populações com rendimento mensal maior que 10 salários mínimos (R\$5.100,00): 9.088 habitantes, número que correspondia a 27% da população dos dois bairros. Desse número, 4.518 recebiam mensalmente mais de 20 salários mínimos. Isto é, 13% recebiam mais de R\$10.000,00 por mês. Enquanto apenas 16% da população recebia até dois salários mínimos – cerca de R\$1.000,00. Já na Rocinha, o número de habitantes que recebia até dois salários mínimos era de 33.529, o que significa dizer que quase 50% da população recebia cerca de R\$1.000,00 por mês⁶⁶.

II. Uma Cidade dentro da Cidade

“O Espaço intra-favela apresenta grande diversidade social e econômica” (Klintowitz, 2008, p.111). Quanto mais próximos às vias de acesso e a outros bairros da cidade, maior a diferenciação das áreas e dos imóveis. A autora afirma que as áreas próximas a São Conrado são as mais valorizadas e isso ocorre pela facilidade de acesso interno e externo, uma vez que há elevada circulação de ônibus nessa região. Ao mesmo tempo, a Estrada da Gávea, via que corta a Rocinha, também se apresenta como eixo de valorização devido à ampla atividade comercial⁶⁷.

A heterogeneidade social dentro da Rocinha foi destacada por Leitão:

“Como em qualquer outra cidade fluminense, nessa também existem lugares onde moram os que têm maior renda e outros onde vivem aqueles que são mais pobres. Isto pode ser verificado não apenas na aparência de ruas e edifícios. Pode ser observado, também, nas palavras dos próprios moradores: quando alguém diz que mora neste ou naquele lugar, está dando mais informações do que somente seu endereço (...) num de seus bairros, o valor do aluguel de um apartamento, só para citar um exemplo, equivale ao de um imóvel com características semelhantes nos bairros da Glória, Catete e Flamengo, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro” (*apud* Klintowitz, 2008, p.111).

O local apresenta uma organização tipicamente capitalista, uma vez que conta com grande vitalidade econômica e acaba por criar uma “burguesia favelada”. Lopes também afirma que há uma desigualdade social dentro do espaço, podendo até mesmo delimitar “uma estratificação social do espaço intra-favela” (Lopes, 2009, p.78). Fato que pode ser confirmado pelos dados apresentados pelo SEBRAE e anteriormente aqui expostos, nos quais

⁶⁶ IBGE, Censo 2010. Dados disponíveis em: www.censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html.

⁶⁷ Klintowitz, 2008, p.111.

há informações referentes à existência de uma classe A na Rocinha, que, pode-se concluir, forma a “burguesia favelada” acima citada.

O comércio, por seu turno, é pujante. “Segundo dados de um levantamento realizado pelo governo do Estado, em 2010, a Comunidade da Rocinha tinha 6.145 estabelecimentos comerciais, sendo que mais de 90% eram informais”⁶⁸. Grande parte destes pode ser encontrada no chamado “Camelódromo” que se localiza na parte baixa da favela e abriga cerca de 160 comerciantes informais (Lopes, 2009, p.80).

Figura 14: Camelódromo da Rocinha



Foto: Mirla Rodrigues, acervo pessoal da autora

O comércio local possui surpreendente vitalidade (Andrade *apud* Lopes, 2009, p.80), principalmente ao longo das vias principais Via Ápia, Largo do Boiadeiro e Estrada da Gávea. Nestas vias, são encontrados inúmeros bares; restaurantes, incluindo aqueles de comida japonesa; pizzarias; padarias; mercadinhos; lojas de roupas e acessórios; academias; salões de beleza; lojas de materiais de construção; casas lotéricas, entre outros.

De acordo com Lopes, por outro lado, a presença de empresas consolidadas é também expressiva. As firmas que atuam no setor formal da economia estão misturadas ao comércio informal nas áreas de intensa circulação⁶⁹. Algumas das empresas que podem ser encontradas

⁶⁸ Fragmento retirado da matéria “Casas Bahia aproveitam pacificação e abrem loja na Rocinha” do Uol de 13 de novembro de 2012 disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/13/casas-bahia-aproveitam-pacificacao-e-abrem-loja-na-rocinha.htm>. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

⁶⁹ Lopes, 2009, p.80.

são: Ricardo Eletro e Casas Bahia; Cacau Show; Subway; Bob's; TIM; Drogarias Pacheco; Agência dos Correios; Microlins; e instituições financeiras como Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica. Percebe-se, assim, segundo Lopes, que dentro da Rocinha há um padrão de consumo similar ao da classe média de fora dela⁷⁰.

Apesar de a Rocinha ainda ser considerada no senso comum como um espaço de carência e ausência, e levando em consideração o crescimento exponencial de sua atividade comercial, ela evidencia uma estrutura interna complexa, que demonstra uma heterogeneidade espacial e dinâmicas econômicas próximas às da cidade formal (Lopes, 2009, p.82). Segundo Lopes, “a intensa densidade populacional levou a proliferação de uma economia estável e dinâmica”, que tornou a Rocinha polo de atração de médias e grandes empresas consolidadas no mercado externo à favela⁷¹. Trata-se, de maneira geral, de uma verdadeira cidade dentro da cidade.

Cidade essa que possui também uma Escola de Samba. A Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha, fundada em 1988, surgiu da fusão de três blocos carnavalescos da favela: Império da Gávea, Sangue Jovem e Unidos da Rocinha⁷². Tem como suas cores o verde, azul e branco; e a borboleta como seu símbolo – a “borboleta encantada”. A Escola desfilou em 2016 na Série A do carnaval carioca com um tema autoral e sem patrocínio. De acordo com o presidente da Escola, Ronaldo Oliveira, ao comentar sobre como seria realizado o desfile de 2016, “o carnaval do próximo ano está sendo planejado com criatividade e consciência do que pode e deve ser feito”⁷³. Expressão clara do “jeitinho” presente em cada ruela da Rocinha.

Importante salientar que a quadra da Escola de Samba, localizada em São Conrado, também é utilizada como local de festas e comemorações, local de lazer para os moradores da Rocinha. Não é o único, no entanto. Ao longo da Estrada da Gávea existem diversas opções: Emoções da Rocinha, no sopé do morro; Varandão, logo mais acima; Terraço da Gávea, na parte alta; entre outros. Podem-se incluir, também, as casas de festas que se localizam no interior da Rocinha ou mesmo as lajes (os terraços das casas), que muitas vezes são alugadas para a realização de eventos.

⁷⁰ Ibid, p.78.

⁷¹ Lopes, loc. cit.

⁷² Disponível em: www.artes.com/rocinha/indescola.htm. Acesso em 01 de Novembro de 2015.

⁷³ Trecho retirado da matéria “Presidente da Rocinha revela ajuda de outras escolas para colocar carnaval na rua”, do Jornal Extra de 01 de Novembro de 2015. Disponível em: extra.globo.com/noticias/rio/presidente-da-rocinha-revela-ajuda-de-outras-escolas-para-colocar-carnaval-na-rua-17924113.html, acesso em 01 de Novembro de 2015.

A Rocinha pode, então, ser facilmente enquadrada na visão destacada por Dysmki e enfatizada no primeiro capítulo deste trabalho: trata-se de “uma comunidade em processo de tornar-se”. Não só economicamente, como também em termos sociais, habitacionais e educacionais. É um local que ainda espera outro olhar “lá de cima” em relação à seus moradores. Como evidenciado pelo autor, ela é muitas vezes refém de forças de ocupação e luta diariamente pela sobrevivência.

A Rocinha não apresenta homogeneidade em suas características. Muito pelo contrário. Sua diversidade, como ilustração, foi bem resumida pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo, do escritório MT, responsável pelo projeto de urbanização da Rocinha:

“Não existe um degrau igual ao outro. Quando encontro dois parecidos, mando fotografar. Isso vale também para as pessoas. Não existe um perfil de morador. Ele varia de indigente a classe média, de analfabeto a universitário, de honesto, pacífico, religioso e trabalhador a bandido. Esta última categoria é uma porcentagem pequena da comunidade, mas tem poder, armas e dinheiro. Por isso, impõe medo e respeito”⁷⁴.

Muito mais que uma favela repleta de pobreza, sujeira, marginais e bandidos, a Rocinha se apresenta como um bairro complexo, heterogêneo e rico. Sua semelhança com as outras favelas e a pretendida homogeneidade interna a ela acabam por se destacar em maior grau nos olhares externos do que nos próprios dados empíricos.

⁷⁴ Fragmento retirado da matéria “A nova cara da Rocinha”, da Revista Época de 10 de Agosto de 2007. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78564-6014,00-A+NOVA+CARA+DA+ROCINHA.html>. Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rocinha, Vidigal, Complexo da Maré, Cruzada São Sebastião, Babilônia, Morro da Macaca... Esses nomes não são difíceis de serem identificados por aqueles que do Rio um pouco conhecem. Mais fácil ainda é encontrá-los nas páginas policiais. O senso comum é enfático ao responsabilizar essas localidades pela violência da cidade. As pessoas, no entanto, baseadas nesse senso comum enraizado, não se preocupam em procurar as verdadeiras causas dos problemas nem ao menos diferenciar as 763 favelas que no Rio existem. Estas, por outro lado, não só fazem parte da história da cidade como muito explicam das suas atuais estruturas sociais e econômicas.

Os fatos históricos demonstram que elas sempre foram deixadas à margem das políticas públicas e à sua população nunca foi dada a devida atenção. Se hoje as favelas representam territórios atrasados em relação ao resto da cidade, destituídos de infraestrutura básica e educação, a responsabilidade é em grande parte da sociedade como um todo, mas, principalmente, dos órgãos públicos que muito contribuíram para sua evolução.

Apesar de suas dimensões e importância, há grande dificuldade em definir as favelas, como fora demonstrado, e ainda é preciso avançar bastante em direção a uma definição clara e integral do objeto. Pode parecer apenas um detalhe, mas defini-las de forma correta, ou pelo menos de uma forma mais próxima da realidade, abre caminho para a mudança de muitos aspectos na sociedade, como a própria formulação de políticas públicas direcionadas às favelas. É importante ressaltar que as políticas voltadas para as áreas formais da cidade levam em consideração as especificidades de cada bairro e essa pode ser a razão pela qual estas são normalmente mais efetivas.

As visões preconceituosas também poderão ser influenciadas por uma mudança de definição. Reconhecer que as favelas não são terras sem lei; que seus moradores não são bandidos em potencial; que não se trata de locais que drenam os recursos públicos escassos e que não possuem infraestrutura porque não pagam impostos; que não são territórios em que seus moradores não são capazes de formular soluções para seus próprios problemas é de extrema importância e até mesmo emergencial. Reconhecer que a Rocinha não possui as mesmas características que o Complexo da Maré, que nem mesmo a parte baixa se caracteriza

da mesma forma que a parte alta e que não existe um estereótipo de favelado, se faz essencial para melhor compreender o processo de favelização.

Mais importante: mesmo se tratando de territórios que não seguem os padrões e regras da cidade formal, reconhecer que as favelas fazem parte da paisagem, do social e da economia do Rio de Janeiro é de extrema relevância. Não se pode desprezar tampouco a sua importância no plano simbólico e cultural da cidade. Pode ser que nem mesmo o Rio possa ser pensado em quanto tal sem a favela: a começar pela cultura do carnaval e das escolas de samba, passando pelos costumes, modo de falar e outras expressões culturais, como o funk.

As favelas não surgiram nem evoluíram de um dia para o outro. Desde os cortiços as suas bases já foram lançadas, mudando talvez apenas o nome, a dimensão ou localidade. O fim do Cabeça de Porco e a origem do Morro da Favella estão intimamente ligados. Assim como as razões pelas quais todos os cortiços e muitas favelas foram retirados do mapa – mesmo que por lá não tenham sido registrados. As remoções não cumpriram seus objetivos iniciais. Pelo contrário. Acabaram por contribuir para o crescimento de favelas como a Rocinha, que tomou proporções gigantescas ao invés de ter sua população transferida para “vilas operárias” em locais remotos da cidade.

Apesar das suas dimensões e de se localizar na área de metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro, a Rocinha não provém de dados oficiais abrangentes que de fato expressem a realidade. No entanto, estes foram utilizados para que se pudesse demonstrar que, mesmo com tal insuficiência, a Rocinha se mostra complexa e heterogênea nas próprias pesquisas oficiais. Uma das limitações da presente monografia foi exatamente a ausência de base de dados que exprimisse o que estava diante dos olhos: centenas de pessoas circulando dia e noite, comércio pujante e a movimentação característica de uma cidade que nunca dorme. Quem sabe a cidade da luz dos pobres?

Mesmo diante da carência de dados, portanto, foi possível demonstrar que na Rocinha não há um degrau igual ao outro; que não há um perfil de morador: ali há trabalhadores, estudantes e bandidos – o que poderia ser a caracterização do país como um todo. Nem mesmo só de pobres a Rocinha se constitui, podendo ser dividida, como demonstrado, em classes sociais. A burguesia favelada possui o mesmo padrão de consumo da classe média de fora dela e, para isso, não precisa nem sair de lá: restaurantes, lojas e academias estão à sua disposição.

A Rocinha acaba por se tornar um grande exemplo da estratificação social do Rio de Janeiro. Ela cresce horizontal e verticalmente na Zona Sul carioca sem obedecer aos padrões ou regras da cidade em seu entorno. Ao ser comparada com seus bairros vizinhos Gávea, Jardim Botânico e São Conrado, a Rocinha se torna pequena apesar de suas dimensões: a pobreza convive lado a lado com os condomínios fechados, de segurança reforçada e carros importados na garagem. Dentro dela, contudo, talvez por ironia, há também prédios modernos e garagens. Os ricos entre os pobres dão uma nova face àqueles territórios que sempre foram vistos à luz do que não possuíam.

A maior favela da América Latina também oferece mão de obra em abundância para o comércio e as casas da Zona Sul. É simples entender o quão importante esses trabalhadores são para a economia da cidade: imagine o que aconteceria se em apenas um dia todos os trabalhadores que morassem na Rocinha resolvessem tirar um dia de folga. Muitos dos porteiros, empregadas domésticas, garçons, costureiras e motoristas de ônibus não estariam disponíveis. O funcionamento da cidade de certo estaria comprometido.

No entanto, essa importância hipotética não é suficiente para que haja uma mudança de postura em relação às favelas. De acordo com Dymski, não há nenhum modelo estabelecido sobre como funciona a economia de uma favela nem mesmo um acordo entre economistas sobre como as favelas se encaixam na economia urbana⁷⁵. Segundo o autor, essas áreas devem ser tratadas como pequenas macroeconomias abertas com fronteiras flexíveis, uma vez que há diariamente inúmeros fluxos de pessoas, bens e finanças percorrendo as suas bordas⁷⁶.

O debate em torno da heterogeneidade e da economia das favelas é necessário, pois entender as favelas significa entender a cidade, sua economia e como as partes se inter-relacionam. É preciso, contudo, partir de dentro para fora, isto é, ouvir os próprios moradores; construir a partir deles as soluções para os problemas com os quais eles têm de lidar diariamente, sejam estes de caráter social ou econômico.

Entender quão complexas e ricas são as favelas poderia tornar a formulação de políticas públicas mais simples e, quem sabe, as tornaria até mesmo mais eficazes. Ao invés de condenar, integrar; de remover, resolver; de discriminar, entender. Dessa forma, ter-se-ia uma *Cidade* de fato *Maravilhosa* para todos que nela vivem.

⁷⁵ Dymski, 2011, p.1.

⁷⁶ Ibid, p.2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: IPP, 2010.

CALDAS, Renata de Oliveira Pinto. *Violências, redes de apoio e subjetividade: dando voz a crianças de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro*. 2011. Cap 2, p. 14-29. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. PUC – Rio – Certificação Digital N° 0912458/CA.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas*. In: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ FASE. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2003. Disponível em: http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?view=article&catid=36%3acolecaotextos&id=155%3apolitica-habitacional-no-brasil-balanco-eperspectivas&option=com_content&itemid=82. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

DYMSKI, Gary. *Ten ways to see a favela: Notes on the political economy of the new city*. Riverside (EUA): University of California, 2011.

HENRIQUES, M. et alii. *Enquadramento Jornalístico: enxergando a favela pelos olhos da mídia*. Santa Maria: UFSM. [2012].

IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Panorama dos Territórios: UPP Rocinha*. Rio de Janeiro, 2014.

KLINTOWITZ, Danielle. *A (re)invenção da praça: a experiência da Rocinha e suas fronteiras*. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.

LIMA, Evelyn. *Avenida Presidente Vargas: Uma Drástica Cirurgia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

MARTINS, Marcela. *Habitação e Desastre: o Conjunto Habitacional Cidade de Deus e a “Grande Enchente” de 1966*. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2014.

MEDEIROS, S. R. F. Q. *BNH: Outras perspectivas*. In: 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010, Natal. *Anais...* Natal, Novembro de 2010.

MOREIRA, Fernando Diniz. *Urbanismo e Modernidade: Reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n.2, p. 95-114, nov. 2007. Disponível em: unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/issue/view/19/showToc. Acesso em 02 de Novembro de 2015.

NASCIMENTO SILVA, Marta. *A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca*. 2010. Cap 3, p. 60-82. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. PUC- Rio – Certificação Digital N° 0812100/CA.

NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz. *O Programa Criança Petrobras na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil*. 2007. Cap 2, p. 18-50. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. PUC – Rio – Certificação Digital N° 0510433/CA.

PERLMAN, Janice E. *The myth of marginality revisited: the case of favelas in Rio de Janeiro, 1969-2003*. [S.l.], 2005.

PERLMAN, Janice E. *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. California; London (Inglaterra): University of California Press, 1976, p. 1-57.

RAWET, Vitor. *Turismo de Base Comunitária no Rio de Janeiro: Inclusão Social e Desenvolvimento Local apoiados pela Atividade Turística*. 2014. 105 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SEBRAE. *Informações Socioeconômicas da Região Administrativa da Rocinha*. Rio de Janeiro, 2011. 12 p.

SECRETARIA DAS CULTURAS. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Memória da Destruição: Rio – Uma história que se perdeu (1889-1965)*. Rio de Janeiro, 2002.

SOARES GONÇALVES, Rafael. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*. *Urbana – Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, São Paulo, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635115.

SOARES, P.; OLIVEIRA, F.B.; SAMPAIO, M. *Rocinha, Uma Breve História no Tempo. Análise dos Processos de Formação e Transformação do Bairro*. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2009, Florianópolis.

SOLIS, Victor Nigro Fernandes. *Memória do Samba na Praça Onze. Dossiê: Revista Aurora – Unesp, São Paulo*, v.7, n.1, p. 41-58, Jul.Dez., 2013.

_____. (Org.). *O que é a Favela, Afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

VALLA, Victor Vicent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p. 282-296, Jul.Set., 1985.

VALLADARES, Licia. *A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 15, nº 44, 2000.

XIMENES, Luciano Aragão. *Um prato bonito com as beiradas quebradas – a produção do espaço na Rocinha (RJ)*. 2011. 135 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.